

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – CCSA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**AGRONEGÓCIO**

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO DE ABERTURA E**  
**FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS**

**IARA ELISA SCHNEIDER**

**TOLEDO – PR**

**2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**AGRONEGÓCIO**

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO DE ABERTURA E**  
**FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS**

**IARA ELISA SCHNEIDER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

**TOLEDO – PR**

**2008**

**IARA ELISA SCHNEIDER**

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO DE ABERTURA E  
FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger  
Unioeste – Campus Toledo

---

Prof. Dr. Sílvio Antonio Colognese  
Unioeste- Campus Toledo

---

Prof. Dr. José Adilçom Campigoto  
Unicentro

Toledo, 22 de fevereiro de 2008.

## AGRADECIMENTOS

- A meus pais, Hedi e Clotoaldo, fonte de todo carinho e apoio que fizeram de mim o que eu sou e me fizeram chegar onde estou. Amor e gratidão, sempre!
- Ao Programa de Mestrado e à todos os professores, pelo conhecimento compartilhado.
- Ao estimado professor e orientador Erneldo, pelas indicações, apoio, conhecimento compartilhado e amizade.
- Aos colegas de turma, por terem assumido o compromisso do Mestrado, pela cumplicidade e apoio nas horas difíceis, quando tudo parecia “perdido”. Obrigado por terem sido mais que simples colegas, vocês são, com certeza, amigos pra vida toda...
- Ao professor Ricardo Rippel, pelos materiais sobre demografia e por ter participado da banca de qualificação.
- Aos membros da banca final professor Sílvio Colognese e professor José Adilçon Campigoto, pelas contribuições, que deram ao trabalho maior rigor científico.
- Á CAPES, pelo fomento.
- Á todos que de um modo ou outro contribuíram para que se esse sonho se tornasse real.

“Todas as gentes, todos os jeitos,  
todas as frentes, todos os feitos,  
feito de todos os jeitos,  
gente de todas as frentes”

Dy Graça

SCHNEIDER, Iara Elisa. Movimentos migratórios no contexto de abertura e fechamento das fronteiras agrícolas.

**RESUMO:** Esta pesquisa visa compreender e analisar os fluxos migratórios que se processaram internamente em nosso país, concomitantemente à abertura e o fechamento das fronteiras agrícolas, fazendo um estudo de caso sobre os fluxos que promoveram o povoamento das regiões Oeste do Paraná e de Alto Teles Pires no Estado do Mato Grosso. Estas regiões se configuraram como pólos de atração e representavam oportunidades no contexto de abertura das fronteiras agrícolas. Pela análise dos fluxos migratórios pretende-se observar as formas de inserção econômica e social dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas e aferir como estes migrantes, através do desenvolvimento de atividades rurais e urbanas, contribuíram para o desenvolvimento regional. Além disso, o trabalho aborda dois momentos políticos diferenciados, o antes e o depois da instauração do regime militar em 1964 e analisa as políticas de colonização destes períodos, dentre os quais destacam-se a região Oeste do Paraná, que foi colonizada a partir de 1940, durante o governo de Getulio Vargas e a região de Alto Teles Pires no Mato Grosso, colonizada após 1960, durante o regime militar. Assim, foi realizada uma análise comparativa entre os estudos de caso, de forma a aferir como se deu a ocupação e o desenvolvimento dessas regiões, que foram colonizadas sob políticas econômicas e períodos cronológicos diferentes. Visando descortinar a problemática em questão foram utilizados os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp, além de intensa revisão bibliográfica acerca dos movimentos migratórios, das fronteiras agrícolas e do desenvolvimento regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração, Fronteira agrícola, Desenvolvimento.

SCHNEIDER, Iara Elisa. Movimentos migratórios no contexto de abertura e fechamento das fronteiras agrícolas.

**ABSTRACT:** The aim of this work is to understand and analyze the migratory flows that were processed internally in our country during the time the opening and closing of the agricultural borders. This work seeks to realize a “study of case” about the flows which promoted the developed of the population of the West regions of “Parana” and “Alto Teles Pires” in the State of Mato Grosso. These regions were denominated poles of attraction and represented opportunities with the opening of the agricultural borders. The analysis of the migration flows is important to observe the way that economic and social integration of migrants happened within the agricultural borders and to identify how these migrants acted in the rural and urban activities, as well as their importance to the regional development.

Moreover, this paper discuss two different political moments. One of them is before the establishment of the military regime and the other one is after this regime in 1964. The work also analyzes the political ways of colonization in these periods, in which the West region of Parana can be detached. This region was colonized from 1940, during the government of Getulio Vargas and the region of Alto Teles Pires in Mato Grosso was colonized after 1960, during the military regime.

A comparative analysis of the both studies was realized in order to discuss how the occupation happened and the development of these regions, which were colonized in different economic and political ways and in special contexts.

In order to understand the main questions that motivated this paper, databases were used from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES; Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA and from the Núcleo de Estudos de População - NEPO from Unicamp. An intense review of the literature about the migration, agricultural border and regional development was also done.

**KEY-WORDS:** Migration, Agricultural Border, Development.

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS

### LISTA DE FIGURAS E GRÁFICO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E FRONTEIRA AGRÍCOLA: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS DA OCUPAÇÃO REGIONAL</b> .....	17
1.1 Migração, colonização e desenvolvimento.....	17
<b>2 COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1940-2000)</b> .....	29
2.1 Contextualização da formação histórico-social do Oeste do Paraná.....	29
2.2 Incremento populacional, transformação na estrutura produtiva e emigração – Oeste do Paraná.....	41
<b>3 MATO GROSSO: A PROMESSA DO ELDORADO</b> .....	53
3.1 Configuração socioeconômica do estado do Mato Grosso.....	54
3.2 Imigração, inserção produtiva e desenvolvimento.....	67
<b>4 POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964</b> .....	77
4.1 Diferenças nas formas de organização da colonização no Brasil a partir de 1930....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	94
<b>FONTES</b> .....	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Imigração Interestadual no Oeste do Paraná 1975-2000.....	42
Tabela 2: Composição da população do Oeste do Paraná por área urbana e rural de domicílio – 1970-2000.....	45
Tabela 3: Categorias ligadas à terra (arrendatários, parceiros, proprietários) no Oeste do Paraná 1970-1995.....	48
Tabela 4: Pessoal ocupado em outras atividades na região Oeste do Paraná 1975-1995.....	49
Tabela 5: Destino dos fluxos migratórios interestaduais no Oeste do Paraná 1975-2000.....	51
Tabela 6: Imigração interestadual no Estado do Mato Grosso 1970- 1996.....	68
Tabela 7: Migração interestadual segundo área de destino urbano e rural no Mato Grosso.....	72
Tabela 8: Inserção produtiva dos imigrantes interestaduais na região de Alto Teles Pires – Mato Grosso 1970/1980, 1981/1991 e 1991/2000.....	73
Tabela 9: Número de estabelecimentos tipicamente urbanos em Alto Teles Pires – Mato Grosso 1970-1995.....	74
Tabela 10: População total ocupada no meio rural e urbano em Alto Teles Pires – Mato Grosso 1970-2000.....	74

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICO

FIGURA 1: Estado do Paraná dividido em mesorregiões.....	30
FIGURA 2: Principais trajetórias migratórias que afluíram à região Oeste do Paraná.....	43
FIGURA 3: Trajetórias migratórias – Origem: Oeste do Paraná Destino: Alto Teles Pires – Mato Grosso.....	54
FIGURA 4: Área de expansão da fronteira agrícola na região da Amazônia Legal.....	63
GRÁFICO 1: Concentração na distribuição das terras no Estado do Mato Grosso.....	65
FIGURA 5: Estado do Mato Grosso dividido em microrregiões.....	71

## INTRODUÇÃO

As migrações sempre estiveram presentes no contexto humano. Mesmo depois de o homem ter se tornado um ser sedentário e se estabelecer em determinados lugares, ele continuou migrando, motivado por diversas razões. A principal delas é a busca por melhores condições de vida, seja no âmbito social ou econômico.

Este movimento pode ser genericamente definido como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Do ponto de vista sociológico, a migração pode ser entendida como a mudança geográfica e social do indivíduo, e migrante é todo aquele que abandona um sistema social onde as interações sociais lhe são familiares e vai para outro onde elas lhe são estranhas, motivado principalmente por razões socioeconômicas.

Assim, as migrações se constituem num fenômeno sócio-econômico muito antigo, que está em constante renovação, na medida em que significam uma redistribuição espacial da população, que se adapta às condições ou às transformações econômicas que ocorrem no espaço geográfico. Além disso, estão atreladas às condições sociais, à distribuição das terras e riquezas, bem com aos aspectos físicos do lugar.

A partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, os homens passaram a se deslocar espacialmente de forma generalizada, sempre atendendo aos anseios do capital, que se vale de diferentes meios de atração. No entanto, em alguns casos, a atuação do mercado necessita do auxílio do Estado, enquanto instrumento de dominação, que serve de regulador e que controla os rumos dos processos migratórios, abrindo ou fechando fronteiras, de acordo com os interesses do capital.

Desta forma, esta dissertação tem por objetivo maior acompanhar e analisar, através de levantamentos bibliográficos e dados censitários, os fluxos migratórios que se processaram internamente em nosso país, fazendo um recorte temático sobre os que promoveram o povoamento da região Oeste do Paraná, e, também, da região de Alto Teles Pires, no estado do Mato Grosso, enquanto estes dois pólos de atração representavam novas oportunidades, inseridos no contexto de abertura das fronteiras agrícolas. Assim sendo, o destaque maior ficará nas migrações que se estabelecem de um meio rural, para outro meio rural, ou seja, de uma fronteira agrícola esgotada para outra em expansão. Por meio dessa análise pretende-se ainda, observar as formas de inserção econômica e social dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas e aferir de que forma estes migrantes e o desenvolvimento de outras atividades, que não agrícolas, contribuem para o desenvolvimento regional.

O estudo e a análise dos movimentos migratórios nestas regiões se justificam dada a importância e a necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada a maneira pela qual se desencadeou o processo de ocupação dos territórios e a inserção produtiva dos migrantes, que, inicialmente, se dirigiram de modo mais intenso ao meio rural, dada a possibilidade de trabalho na agricultura, e, posteriormente, devido às alterações provocadas pela modernização das técnicas produtivas no meio agrícola, ocorreu uma inversão do destino migratório, bem como as inserções produtivas que se intensificaram mais no meio urbano. Desta forma, compreender-se-á as conseqüências destas mudanças para o desenvolvimento regional e para a reordenação populacional.

A ocupação da região Oeste do Paraná resulta de um processo histórico recente originário de movimentos migratórios que tiveram expressão maior a partir da segunda metade da década de 1940, com fluxos populacionais trazidos pela “frente demográfica”, composta principalmente por paulistas e mineiros e pela “frente econômica”, composta por gaúchos e catarinenses. Esses grupos étnicos plurais apresentam diferentes formas de inserção socioeconômica na região. Os primeiros já haviam passado pela região Norte do Paraná, onde trabalhavam na cultura do café e foram atraídos para a região Oeste essencialmente pela possibilidade de trabalho, no cultivo da hortelã e na produção de grãos (soja e trigo). A segunda leva, constituída por gaúchos e catarinenses, descendentes de italianos e alemães, eram providos, de certo modo, de recursos financeiros, o que lhes permitiu a aquisição de propriedades rurais, ou seja, vieram na condição de proprietários, preenchendo a fronteira econômica. Apesar das diferenças nas formas de atração, as motivações de ambos os grupos são fundamentalmente de cunho socioeconômico, ou seja, pela possibilidade de trabalho e renda, ou pela possibilidade da aquisição de terras.

A colonização das terras oestinas esteve inserida no projeto de povoamento e nacionalização das fronteiras do governo Getúlio Vargas, a partir de 1930, e foi efetivada por companhias colonizadoras particulares, atendendo aos anseios do capital, de inserir estas áreas na economia nacional. Assim, a presente pesquisa, centra inicialmente seu foco investigativo na busca do entendimento dos elementos constituintes da dinâmica do desenvolvimento regional, dos seus limites e possibilidades em termos da organização territorial em vista da construção de um espaço social que pudesse favorecer a fixação dos migrantes e lhes garantir um nível de auto-suficiência capaz de frear novas frentes migratórias.

A colonização do estado do Mato Grosso também esteve inserida no contexto de ocupação das fronteiras agrícolas, no entanto, seu povoamento se deu de modo

bastante diverso do que ocorreu no Oeste paranaense, valorizando essencialmente a grande propriedade. Este estado começou a despontar no cenário brasileiro somente a partir de meados do século XX, através do avanço da frente pioneira paulista. Já nos anos 60, a ocupação mais intensiva se deu por parte de migrantes sulistas, especialmente gaúchos e paranaenses, que investiam no cultivo de soja e trigo (CUNHA et al, 2002).

O Estado é uma das últimas áreas de fronteira agrícola do país, mas representa ainda hoje uma possibilidade para a população migrante. Paralelamente ao processo de “urbanização da fronteira” assiste-se no Mato Grosso outras iniciativas com impactos importantes, que dão novas especificidades ao reordenamento da população no território e, também, às perspectivas de continuidade de ocupação demográfica do estado, como os assentamentos agrícolas e novas frentes pioneiras (CUNHA et al, 2002). Neste estado, as formas de ocupação se deram, desde o início, pautadas na agricultura altamente capitalizada e mecanizada, sem vistas à produção em pequena escala, como ocorreu no Oeste do Paraná.

A abertura das fronteiras agrícolas tem papel fundamental no desenvolvimento nacional, na medida em que servem como válvula de escape para as tensões sociais geradas pela estagnação econômica, pelo crescimento populacional e pela rigidez da estrutura social, além de promover o incremento da produção agrícola e garantir a soberania nacional, com a ocupação de espaços considerados vazios do ponto de vista demográfico. Neste trabalho, porém, elas serão analisadas a partir do pressuposto de que servem primordialmente aos interesses do grande capital e dos proprietários de terra que possuem pecúlios para aumentar suas áreas, mas que são inviáveis sem a participação de indivíduos capazes de tornarem estas terras produtivas inserindo-as no mercado econômico nacional.

A pergunta que se coloca, neste sentido é: O que as fronteiras agrícolas representam para os migrantes e qual sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do país? A partir desta pergunta geral, visa-se traçar um panorama sobre as atividades desenvolvidas pelos migrantes dentro das fronteiras agrícolas e como se dá sua evolução tanto no meio rural, como urbano. Ou seja, parte-se do pressuposto de que as fronteiras agrícolas se abrem aos grandes investimentos e aos grandes proprietários de terras, mas necessitam de um “exército de reserva” que desenvolva uma gama de outras atividades, que não essencialmente ligadas à agricultura, para promover o desenvolvimento e torná-las produtivas.

Assim, visa-se fazer um comparativo entre as diversas formas de ocupação das fronteiras agrícolas, destacando-se neste trabalho, a fronteira agrícola representada pelo

Oeste paranaense a partir de 1940 e por Alto Teles Pires, no estado do Mato Grosso, a partir de 1970. O estudo acompanha, para tanto, o processo de povoamento, a formação dos territórios e a alteração nas estruturas produtivas que promovem a mudança nas formas de inserção econômica e social dos migrantes, através da criação de uma infra-estrutura urbana, de comércio e serviços que contribuem para o efetivo desenvolvimento dessas regiões.

A microrregião de Alto Teles Pires, pertence à mesorregião Norte do Mato Grosso, que comporta uma gama bem variada de atividades econômicas, desde a exploração madeireira, o garimpo, até a agricultura, característica da microrregião em análise. A comparação se dará, portanto, entre uma mesorregião (Oeste do Paraná) e uma microrregião (Alto Teles Pires, Mato Grosso), isso se dá pelo fato de ambas terem semelhanças na base produtiva (agrícola) e ainda por Alto Teles Pires ter absorvido em torno de 50% de migrantes provenientes do Paraná.

Alguns autores como José de Souza Martins, abordam a questão da fronteira e do migrante numa perspectiva diferente do olhar que se pretende evidenciar neste trabalho. Para Martins (1997), a fronteira é o lugar da busca desenfreada de oportunidades, mas também do genocídio dos povos indígenas, do massacre dos camponeses pobres, da subjugação dos pobres e desvalidos. É ainda, segundo o autor, um cenário de intolerância, ambição e morte. Ele dá ao migrante e ao pioneiro uma concepção de vítima, o que no recorte que se evidencia neste trabalho, ou seja, as fronteiras do Paraná e do Mato Grosso parece uma contradição. Contradição que se justifica pelo fato de que o elemento migrante que participou do povoamento dessas duas regiões não se caracteriza como vítima, mas como um empreendedor, incorporado ao sistema capitalista e que vai em busca de “sucesso” nas áreas de destino.

Embora a composição étnica da região Oeste paranaense seja muito mais heterogênea do que explica a bibliografia existente, pode-se dizer que entre os sulistas, principalmente, a maioria era colonos em vias de capitalização, que tinham espírito empreendedor e pretendiam aumentar suas áreas de terra. No Mato Grosso esta definição de colono empreendedor fica mais evidente, sendo que as migrações foram provocadas pela perseguição do capital. Não é possível afirmar, no entanto, que somente este indivíduo de espírito empreendedor pôs-se a migrar para outras fronteiras agrícolas, pois estas ofereciam também oportunidades para quem não se enquadrava nesta lógica. Neste sentido, mais uma vez a hipótese central deste trabalho pode ser testada. Mesmo atraindo o grande capital e colonos capitalizados, a fronteira agrícola abre também espaço para outras formas de inserção dos migrantes que estão fora deste “padrão”. Para que ocorra o efetivo desenvolvimento da

região faz-se necessária a presença de mão-de-obra, tanto na agricultura, como para atividades ligadas ao comércio, indústria e prestação de serviços, que permitem o surgimento de uma rede urbana que dá suporte ao desenvolvimento regional.

Visando descortinar a problemática em questão e melhor compreender as transformações no modo de inserção produtiva dos migrantes na fronteira agrícola, será adotado um viés econômico e demográfico, que terá nas formas de inserção produtiva dos migrantes a base de análise, caracterizando as mudanças domiciliares destes migrantes, que passaram a procurar atividades no meio urbano para continuar sua reprodução social. A intenção inicial era recorrer aos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para se obter além dos dados domiciliares, as trajetórias e motivações dos migrantes, como isso não foi possível, devido sua restrição de uso, foram feitas pesquisas bibliográficas e análise dos estudos de caso, e utilizados os bancos de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp, além de dados censitários do IBGE. Por fim, será realizada uma análise comparativa entre os estudos de caso, de forma a aferir como se deu a ocupação e o desenvolvimento dessas regiões, que foram colonizadas sob políticas econômicas e períodos cronológicos diferentes. Servirão como referência os trabalhos de Bertha Becker (1997), Paul Singer (2002), José Marcos Pinto da Cunha (2002;2004), José Graziano da Silva (1982;1998), Octavio Ianni (1979;1986;1991), Rogério Haesbaert (1997;2004) entre outros.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro tem por objetivo descrever o contexto dos movimentos migratórios que se processam concomitantemente à abertura das fronteiras agrícolas e acompanhar como se deu o desenvolvimento dessas áreas no sentido demográfico, econômico e político. Analisa, entre outras coisas, como estas áreas podem contribuir para a absorção de mão-de-obra e geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento regional.

No segundo capítulo será feita uma contextualização histórica acerca da ocupação da região Oeste do Paraná, destacando os fluxos migratórios que promoveram a colonização do território, a partir de 1940. Assim, será evocada a importância das fronteiras agrícolas que abrem espaço para o efetivo desenvolvimento das regiões, bem como as transformações ocorridas no modo de produção agrícola, que desencadearam efeitos nas formas de ocupação da mão-de-obra que, impossibilitadas do trabalho no campo, procuraram novas alternativas de geração de renda em atividades quase que exclusivas do meio urbano.

O terceiro capítulo abordará as formas de ocupação do estado do Mato Grosso, destacando-se a região de Alto Teles Pires. Serão evidenciadas as diferentes formas de organização do espaço pelos migrantes, bem como as diferentes perspectivas da colonização, em comparação com a região Oeste do Paraná. A bibliografia sugere que o Mato Grosso atendeu principalmente aos anseios da grande propriedade e do grande capital, que, no entanto, também sofreu alterações por parte da introdução de técnicas modernas na agricultura, dispensando grande parte da mão-de-obra ocupada neste meio. Isto fez com que os trabalhadores rurais buscassem outras ocupações geradoras de renda, principalmente em atividades comerciais e industriais no meio urbano.

No quarto e último capítulo serão discutidas as transformações ocorridas nas políticas de colonização adotadas pelo Estado antes e após o ano de 1964, quando se instaurou o regime militar e ocorreram mudanças sensíveis nas políticas econômicas de colonização e desenvolvimento, que refletiram diretamente sobre as formas de povoamento e organização das regiões em análise.

# 1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E FRONTEIRA AGRÍCOLA: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS DA OCUPAÇÃO REGIONAL

## 1.1 Migração, colonização e desenvolvimento

Este capítulo tem por objetivo descrever o contexto dos movimentos migratórios que se processam concomitantemente à abertura das fronteiras agrícolas e acompanhar o desenvolvimento dessas áreas no sentido demográfico, econômico e político. Ao mesmo tempo objetiva analisar, entre outros aspectos, como estas áreas podem contribuir para a absorção de mão-de-obra e para a geração de trabalho e de renda e para o desenvolvimento regional.

O termo “fronteira” tem caráter polissêmico, podendo representar uma válvula de escape para sociedades marcadas por pressões sociais e econômicas. O termo pode ainda ser vinculado a movimentos de expansão demográfica em áreas não ocupadas ou insuficientemente ocupadas (DINIZ, 2002). O recorte e a interpretação que se pretende evidenciar neste trabalho é a concepção de fronteira marcada pela chegada das “frentes”<sup>1</sup> demográficas e econômicas sobrepondo-se dentro da fronteira como elementos fundamentais para o desenvolvimento regional.

A partir de 1940, os geógrafos designavam a expansão do elemento humano em áreas de fronteira como *zona pioneira* e, em outros momentos, como *frente pioneira*. Já os antropólogos, a partir da década de 1950, definiram essas frentes de população civilizada e das atividades econômicas (de algum modo reguladas pelo mercado) como *frentes de expansão*. Estas, tornaram-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Assim, a frente de expansão expressa a concepção de ocupação de espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de *frente pioneira* não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 1997).

Reúnem-se aqui as mais variadas interpretações acerca do conceito de fronteira, interpretações feitas por estudiosos de diversas áreas. Tem-se a fronteira do

---

<sup>1</sup> *Frentes demográficas*: composta por pequenos produtores, artesãos, trabalhadores assalariados. *Frentes econômicas*: representam os empreendimentos capitalistas e produtores capitalizados.

chamado pioneiro empreendedor, definida por geógrafos, e tem-se a visão do antropólogo que está preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas - ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, os castanheiros, os pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado. Para Martins (1997), a diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que, quando os geógrafos falavam de *frente pioneira*, estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital; a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. Já os antropólogos falavam originalmente de frente de expansão, uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista, sendo que considera também as populações que estão “fora” deste sistema, como a população nativa.

Apesar das várias concepções acerca do termo, o presente trabalho estará fazendo uso do recorte que enfoca a frente pioneira, ou seja, estará analisando a inserção das fronteiras agrícolas nas relações capitalistas de produção. A abertura destas regiões para a ocupação populacional e para a conseqüente inserção econômica num contexto nacional esteve ligada ao projeto de desenvolvimento e de integração nacional arquitetado pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, projeto denominado “Marcha para Oeste.” Dentro deste projeto emergiram diversas regiões que seriam o *locus* das novas fronteiras. Estas regiões eram tidas como lugar de muitas oportunidades econômicas e sociais devido aos grandes investimentos do governo federal em infra-estrutura.

A expansão destas áreas tem sido parte integrante das estratégias de desenvolvimento de muitos países latino-americanos, sendo entendida por muitos como a panacéia para problemas sociais, econômicos e geopolíticos, sendo apontada como solução para os problemas de concentração de terra e de pressão populacional. Afinal, a expansão das fronteiras promove a redistribuição da população de áreas densamente ocupadas para áreas inabitadas, garantindo acesso à terra àqueles que, do contrário, não o teriam (MARTINE, 1984).

Num país de dimensões continentais como o Brasil, que conta com mais de sete mil quilômetros de costa, o processo de ocupação se deu de maneira paulatina, num

sentido leste-oeste, engendrando sucessivas ondas de povoamento e de exploração econômica de áreas de fronteiras.

Ainda no período do Brasil Colônia, a busca por riquezas no interior do território comandou esse processo, fazendo com que, ao longo de antigas rotas comerciais, se desenvolvesse uma rede urbana que deu sustentação à produção e ao escoamento de riquezas. A expansão das culturas de café, a partir do final do século XIX, deflagrou a ocupação de diversas áreas do estado do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná.

Foi, no entanto, na segunda metade do século XX que a ocupação de fronteiras se deu de maneira mais intensa, com a implementação de uma série de estratégias capitaneadas pelo governo federal. A transferência da capital federal para Brasília e a construção de uma série de rodovias e projetos desenvolvimentistas abriram as até então inacessíveis terras da Região Amazônica, partilhando intensos fluxos populacionais (VIEIRA, 2003).

Graças a essas medidas, sucederam-se ao longo do século XX diversos movimentos de fronteira à medida que o território brasileiro ia sendo desbravado. Assim se deu no oeste paranaense, no oeste Maranhense, no sul do Pará, no norte do Mato Grosso, em Rondônia, no Acre, em Tocantins, no Amazonas e em Roraima. No bojo desses movimentos, diversos grupos de interesse, tais como garimpeiros, agricultores sem terra, grileiros, representantes do capital corporativo nacional e internacional, grandes empresas mineradoras madeireiras, pecuaristas, fazendeiros e populações indígenas se fizeram presentes.

A fronteira é, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de riquezas. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1997). Trata-se de um controle que, inicialmente, se faz num sentido demográfico, para a ocupação do espaço, e, posteriormente, econômico, a partir do momento em que esta área é integrada à economia nacional.

Martins (1997) afirma ainda que, na fronteira, a natureza é concebida como um espaço a ser incorporado ao capital, estreitando a ligação e a interdependência da civilização em relação ao meio natural. O aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos e de processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e

moderna. Ainda “a fronteira aparece freqüentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal” (MARTINS, 1997, p. 162).

Esta concepção histórica de fronteira, defendida por Martins (1997), é contrastada pela visão funcional de fronteira para a qual os desafios, em conformidade com a integração nacional, deveriam ser guiados por duas leis básicas: o desenvolvimento e a ocupação. Em primeiro lugar, a imensa região de fronteira deveria ser ocupada por homens capazes de produzir capital, transformando a natureza pelo trabalho. Deveriam ser homens com um perfil cultural voltado para a produção de mercadorias, incorporando-as ao mercado econômico. No caso da ocupação amazônica, vale destacar que ela não estava inabitada, no entanto sua população era considerada, pelo sistema governamental, inadequada e incapaz de produzir nos moldes exigidos pelo capital (MATTOS, 1979).

Segundo explicação de Silva (1982), a fronteira desempenhou historicamente três funções básicas no modelo agrícola do Brasil. No plano econômico, era um armazém de gêneros alimentícios básicos. No plano social, representava uma orientação dos fluxos migratórios, sendo o *locus* da recriação da pequena produção, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais. No plano político, era a válvula de escape de tensões sociais geradas no campo. Desta forma, a fronteira e a colonização aparecem como alternativas a uma reforma agrária que deveria mudar a estrutura de propriedade da terra. À medida que se aguçavam tensões sociais, conflitos potenciais, pressões políticas e econômicas, a fronteira aparecia como o novo Eldorado para os pequenos produtores.

No Brasil, apesar de o Estatuto da Terra, promulgado alguns meses após o golpe militar 1964, prever a reforma agrária, esta foi substituída pela colonização particular dirigida, que se transformou numa contra-reforma agrária, pois a organização e o desenvolvimento desta forma de colonização estiveram pautados sobre a racionalidade econômica e sobre a segurança interna. Sendo assim, a colonização dirigida, oficial ou particular, opôs-se formal e conceitualmente à reforma agrária, atendendo primordialmente aos interesses do capital privado (IANNI, 1979).

Entende-se por colonização:

Toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto

da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. (SANTOS, 1993, p. 48).

Ainda, num sentido mais amplo, o conceito de colonização confunde-se com o de povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizada por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado.

Os motivos que levam uma instituição a empreender a colonização de uma área são bastante diferentes conforme o caráter oficial ou privado da iniciativa. Uma empresa particular tem sempre o objetivo de obter lucro com o loteamento rural e, geralmente, seus interesses estão ligados ao tipo de exploração predominante na área. Há empresas madeireiras que depois de extraírem as essências florestais mais valiosas de uma região, resolvem abri-la à agricultura, mantendo no local serrarias que processarão toda a madeira derrubada pelos colonos. Outras vezes, são empresas construtoras de ferrovias que promovem o loteamento das terras ao longo da estrada, à medida que esta vai sendo construída. Já a colonização oficial tem sido promovida para atender a necessidades sociais bastante diversas ao longo do tempo, e variando conforme a região do país.

A colonização propriamente oficial no Brasil tem sido promovida por causas de ordem político-militares e econômico-sociais. No primeiro grupo, podem-se incluir basicamente os objetivos de ocupação do território e garantia de fronteiras. No segundo, alinham-se as preocupações com a justiça social, tais como dar acesso à propriedade de terra; as preocupações com o emprego, tais como incentivar as migrações inter-rurais em contraposição às rural-urbanas; e as preocupações propriamente econômicas, tais como atender melhor à demanda de alimentos, promover o progresso econômico de uma região e deslocar a fronteira agrícola.

O Estatuto da Terra estava ligado à essas preocupações governamentais e representou, entre outras coisas, um documento jurídico de grande importância e, ao mesmo tempo, uma providência para cortar o movimento vindo da base em favor da modificação da estrutura fundiária. Para os setores revolucionários, pareceu uma concessão ao movimento socialista, mas, na realidade, encaminhava uma contra-reforma agrária que reforçaria o poder da grande empresa ante as mudanças que eram inevitáveis diante da conjuntura econômica mundial. O Estatuto permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional e das pequenas propriedades, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador (VIEIRA, 2003).

A transformação que ocorreu na estrutura agrária do país, a partir da criação do Estatuto da Terra, foi essencialmente com relação às propriedades rurais, que deveriam passar a representar empresas rurais com objetivos situados principalmente na elevação da produtividade agrícola através do uso intensivo de capital na agricultura. O binômio desenvolvimento e segurança, característicos da ditadura militar naquele período, encontravam na política de colonização seu ajuste ideal. Tratava-se de ocupar geoestrategicamente os territórios, promovendo o progresso em extensas áreas do interior do país, através do absoluto e total controle sobre os trabalhadores que se engajavam nos projetos de colonização.

Dessa forma, a colonização surgiu como uma opção por parte do governo federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se, assim, uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Assim colonização pressupõe também deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos de colonização privados, criando diretamente “frentes pioneiras”, que absorviam nas regiões estagnadas o excedente populacional camponês ainda não de todo empobrecido.

A migração, portanto, tornou-se um dos principais braços dos empreendimentos e projetos de colonização. Sem ela todo o processo estaria fadado ao fracasso e o compromisso da manutenção da ordem social e política e do progresso material estariam irremediavelmente comprometidos.

O contexto no qual ocorreram e ocorrem as migrações é caracterizado por deslocamentos expressivos de contingentes humanos, reordenações geográficas e pela produção de espaços existenciais que são historicamente construídos e que derivam da adoção de práticas produtivas decorrentes das relações cotidianas.

Assim, como um fenômeno social importante, as migrações internas são, ao mesmo tempo, condicionadas e resultantes de um processo global de mudanças sociais e econômicas das quais não podem ser separadas. Deste modo, este estudo procura evidenciar as transformações ocorridas na realidade das regiões onde as migrações ocorrem, analisando o Oeste do Paraná e Alto Teles Pires, no Mato Grosso, principalmente no que se refere a seu comportamento, a suas características e a sua relação com o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital. Capital que necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse e sua necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma determinada área está diretamente

relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e de unificação de mercados e da região no mercado (SANTOS, 2003).

Na atualidade, não é possível conceber desenvolvimento sem se levar em consideração o preponderante papel dos indivíduos e da sociedade no processo, o que nos permite inferir, então, que ele não ocorre sem a participação da população e que, neste contexto, o próprio comportamento demográfico explica e é explicado pelo processo de desenvolvimento que ocorre nas regiões em análise.

Percebe-se, dessa forma, que a população em geral e mais ainda as migrações são efetivamente influenciadas pelo modo como o desenvolvimento de uma região ocorre e possuem a capacidade de influenciar e até estimular um determinado processo de desenvolvimento. Nesse sentido, quando se observa o caso brasileiro com um olhar mais atento, vê-se o importante papel que as migrações internas, vivenciadas nas últimas décadas, tiveram para a construção do atual estágio de desenvolvimento nacional, sendo que os fluxos migratórios incorporam novas áreas à economia e promovem uma redistribuição espacial da população (RIPPEL, 2005).

É fundamental que a migração seja encarada como sendo um processo onde se encontram envolvidos grupos sociais e não uma população como entidade abstrata ou mesmo indivíduos isolados que se deslocam no espaço em decorrências das transformações econômicas e mesmo sociais em determinado local (SINGER, 1977).

Faz-se então necessário evidenciar o caráter social das migrações e, neste horizonte, fica evidente que, nas motivações das migrações, encontram-se, acima de tudo, causas socioeconômicas que se convertem em fonte e origem do processo. Estas transformações não afetam, porém, da mesma maneira aos diferentes grupos componentes da estrutura social, levando a que apenas determinados segmentos da sociedade sejam impelidos a migrar (RIPPEL, 2005).

Nessa perspectiva, pode-se falar em vários fluxos migratórios oriundos de um único território ou região, tendo em vista a diversidade das situações e dos grupos sociais que são atingidos pelas transformações das condições estruturais do mercado e do capital. Os fluxos migratórios não podem ser reconstituídos unicamente na base do deslocamento dos indivíduos entre dois pontos no espaço num determinado período de tempo, pois o que existe, na verdade, é um trajeto marcado por diversos pontos de origem e destino; trajeto no qual certos determinantes estruturais na origem vão atuar como fatores privilegiados na definição dos desdobramentos espaciais temporais das migrações.

A área de origem deixa de ser simplesmente o local de onde provêm os migrantes e passa a ser aquela onde se deram as transformações sociais e econômicas que colocaram em movimento um ou vários grupos sociais. Já a área de destino não é apenas identificada pelo saldo migratório positivo, pois ela possui “fatores de atração” que direcionam os fluxos, fatores dentre os quais se destaca a demanda por força de trabalho ou, no caso das fronteiras agrícolas, a busca pela aquisição de terra.

Nesta perspectiva, emerge o espaço não apenas como lugar de partida e de destino ou como superfície de medida entre estes dois pontos. Os movimentos migratórios revelam o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este espaço, desigualmente organizado e articulado, compreende-se a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxos migratórios se realizam. A lógica permite aceitar que a existência das desigualdades regionais permitiria assumi-las como fato principal de origem das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Introduce-se o sentido da articulação processual que permite visualizar a mudança e não mais o "motor". Deste modo, áreas de atração e áreas de repulsão ganham um novo significado. Migração não é mais migração pura e simplesmente. E a mudança não é somente a hipérbole do êxodo rural e da urbanização (MENEZES, 2000).

Paul Singer (1977) identifica, neste sentido, dois fatores que atuam nas migrações: os fatores de mudanças decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo e os fatores de estagnação, relacionados com as limitações na disponibilidade de terra cultivável, seja pela monopolização da posse desta por grandes proprietários, seja pela insuficiência física de novas áreas de plantio.

Singer (1977, p. 49) procura, ainda, estabelecer uma relação entre migração e desenvolvimento. Segundo ele:

[...] o desenvolvimento, ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma os fluxos de migração interna, embora tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento. O que importa considerar, porém, é que só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida à cidade pelas migrações.

Embora o autor trabalhe principalmente na perspectiva das migrações entre rural-urbano, as migrações do rural para o rural, como aconteceu inicialmente entre o Oeste do Paraná e o estado do Mato Grosso, têm, também, um importante papel na absorção do excedente populacional das áreas em estagnação e servem para organizar o espaço que mais

tarde terá na constituição de uma infra-estrutura urbana o suporte para o efetivo desenvolvimento regional.

Além disso, a área de destino é muitas vezes apenas uma etapa do processo. Assim, faz-se necessário distinguir os vários fluxos que podem estar compondo um grupo de movimento e observar em que casos a área se constitui em destino final. A região Oeste paranaense se constitui num fenômeno bastante característico deste comportamento, ou seja, recebeu, durante as décadas de 1940 a 1970, grandes contingentes populacionais, porém grande parte destes migrantes continuaram migrando, em especial para as áreas de fronteiras agrícolas no estado do Mato Grosso, sendo que o Oeste paranaense não representou para eles o destino final.

Singer (1977, p. 54) explica melhor este fenômeno:

Mesmo que a área tenha saldo migratório positivo, muito possivelmente ela pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. É preciso distinguir, no conjunto dos migrantes que afluem à área, os vários fluxos por critérios sociológicos precisos e verificar para qual deles esta área é o ponto final.

O ato de estimular o deslocamento de contingentes populacionais fazia parte das premissas do Estatuto da Terra, porém a estratégia dos deslocamentos com vistas à ocupação das áreas para a promoção da ordem e do progresso no país, já se fazia sentir desde o programa da Marcha para Oeste na década de 1930. Nessa época, nas áreas de fronteira do estado do Paraná, por exemplo, as políticas de colonização já eram organizadas e efetivadas pela colonização privada e já evidenciavam a premissa da segurança nacional através da ocupação demográfica das áreas. Uma diferença visível nas políticas de colonização do antes e pós-1964 foi, no entanto, referente à questão econômica e de estrutura agrária. No Paraná, como será enfatizado no próximo capítulo, a estrutura fundiária compreendia a pequena e a média propriedade com vistas ao abastecimento do mercado interno. Já nas ocupações de fronteiras posteriores, como as do Estado do Mato Grosso, a estrutura agrária privilegiava o latifúndio e a produção voltada à exportação. Essas diferenças ficarão explícitas no estudo de caso que se fará entre a fronteira agrícola do Oeste do Paraná e da região de Alto Teles Pires, no Mato Grosso.

Ainda que não sejam muito difundidos os estudos sobre colonização entre 1930 e 1964, o que a literatura destaca é que houve uma preocupação por parte do Estado neste sentido. Trata-se de preocupação que se destacava na ocupação de vastas áreas do território nacional. Foi durante o Estado Novo (1937/1945) que as experiências de colonização deste período foram mais difundidas. A “Marcha para o Oeste” e as Colônias

Agrícolas Nacionais alcançaram alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão destes rincões ao mercado interno que paulatinamente ia se formando. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiram fundamentalmente na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição impossibilitaram a disseminação pelo território nacional de experiências deste quilate (LENHARO, 1986).

A partir de 1964 a história tem outros contornos. Entre 1964 e 1966 a estrutura econômica erigida com o Plano de Metas do governo federal alcançou grande consistência e integração. Desde então as estruturas de financiamento, de investimentos e de distribuição amadureceram seus instrumentos, tornando-se a um só tempo mais ágeis e mais consistentes. Em poucos anos, a colonização dirigida pôde ser impulsionada e o que se viu foi a proliferação das experiências de colonização por toda a área da Amazônia Legal, com absoluto destaque para o Estado do Mato Grosso no que se refere à colonização particular. A colonização que se difundiu após 1964 apresentava um duplo caráter, ausente no período anterior, que não apenas diferenciou as experiências de colonização, mas colocou em novos patamares os processos de colonização, pois tratava-se de mediar a valorização de capitais privados das empresas de colonização com os interesses geo-estratégicos e de segurança interna do Estado e, ao mesmo tempo, constituiu-se como alternativa viável à resolução da questão agrária (VIEIRA, 2003).

Uma vez ocupadas as regiões de fronteira, sua evolução econômica e social é marcada por propostas que concebem o desenvolvimento a partir de um conjunto de fases hierárquicas nas quais as comunidades caracterizadas por sistemas de produção eminentemente pré-capitalistas são gradualmente incorporadas à economia nacional. Neste sentido, a trajetória evolutiva das fronteiras pode ser compreendida a partir de quatro fases distintas: pioneira, transitória, consolidada e urbanizada. Na seqüência, segue um compilado das principais idéias associadas a estas fases (DINIZ, 2002).

Na fase pioneira, os assentamentos são marcados pela ausência de mercados de terra e trabalho, por rápido crescimento via imigração, grande disponibilidade de terras a preços geralmente irrisórios, redes de transporte precárias, populações predominantemente rurais, baixos níveis de desmatamento e economias baseadas em extração e agricultura de subsistência. Estas áreas podem ser denominadas como “fronteiras demográficas”, onde os colonos se preocupam principalmente em ocupar a terra e fazê-la produzir. Devido à falta de capital e de falta de mercado de trabalho, os colonos contam com o apoio mútuo, formando

redes informais de trabalho comunitário para realizar a árdua tarefa de remoção da vegetação natural e plantio (MARTINS, 1975).

Nas áreas de assentamentos transitórias prevalecem as economias dicotomizadas, onde convivem, lado a lado, práticas de agricultura de subsistência e comercial, sendo que as últimas encontram-se em franco processo de expansão. Com a intensificação do processo de ocupação e a contínua imigração, a terra torna-se um recurso escasso, enquanto que o número de trabalhadores sem terra, de invasores e de meeiros aumenta. Essas áreas passam a contar com a formação de um incipiente mercado de terra e de trabalho, atraindo também indivíduos que não possuem pecúlios para a aquisição de terra e que servirão como mão-de-obra para tornar os lotes produtivos. As rotas comerciais são melhoradas, facilitando o escoamento da produção, tornando a terra um bem valioso que desperta o interesse de produtores capitalizados, o que dá início ou intensifica a “fronteira econômica”. Com a valorização da terra, a propriedade agrícola, antes atomizada, consolida-se em grandes fazendas. As taxas de desmatamento são cada vez maiores e existe a tendência daqueles que chegaram na fase anterior de emigrar em função do endividamento junto aos bancos, legalização das terras, falta de capital para investir, mudanças nos sistemas produtivos que trouxeram a agricultura comercial. Nesta “fase de competição”, onde diferentes agentes lutam para manter e/ou estender seus domínios, grande parte destes indivíduos migram para os centros urbanos (DINIZ, 2002).

A fase consolidada é marcada pela economia de base comercial, concentração de terras em grandes propriedades, mercado imobiliário inflacionado, presença de grandes empreendimentos agrícolas, relações capitalistas de produção, além de uma rede de transporte regular e uma boa malha viária. A fase consolidada é caracterizada por baixa densidade demográfica, uma vez que grande parte dos indivíduos que chegaram nas fases anteriores migraram para as fronteiras urbanizadas ou ainda para outras fronteiras que estavam se abrindo em outros Estados. Aqueles que permaneceram foram convertidos em trabalhadores assalariados ou lutam para manter a posse de suas propriedades (DINIZ, 2002).

As fronteiras urbanizadas são uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no interior dos projetos de colonização. Seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas circunvizinhas, tornando-se inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originam. As transformações estruturais em seu entorno intensificam as migrações rural-urbano, aumentando o tamanho e a complexidade destes núcleos, a ponto de se tornarem sede de novos municípios. Segundo Becker (1997), estes lugares constituem-se centros de concentração e de redistribuição de mão-de-obra formada, em grande parte, por ex-

colonos e por migrantes que não conseguiram acesso à terra. À medida que estes centros ganham dinamismo, eles tendem a receber, além de ex-pequenos agricultores, um grupo de migrantes positivamente selecionados, atraídos pelo crescente crescimento do setor terciário.

É importante ressaltar que estas fases referem-se às ocupações populacionais que surgiram a partir de projetos de colonização oficiais ou espontâneos, onde pequenos produtores, organizados a partir da agricultura de subsistência, foram os agentes pioneiros. Também vale destacar que o ritmo de evolução não apresenta um período cronológico definido, pode variar segundo a conjuntura sócio-histórica e o dinamismo econômico.

Ligado à conjuntura econômica da época, pode-se dizer que a fronteira agrícola representada pela região Oeste do Paraná acompanhou de forma mais definida a evolução das fronteiras, iniciando-se pela fase pioneira, onde o que prevalecia era, além de tudo, a necessidade de povoamento como garantia da soberania nacional, grandes quantidades de terras a preços irrisórios e um setor agrícola voltado inicialmente para a subsistência. Já na fronteira representada pela região de Alto Teles Pires, no Mato Grosso, é possível observar que a evolução foi menos criteriosa, ou seja, ela já nasce num contexto econômico diferenciado, com a produção agrícola voltada ao mercado exportador, onde o que prevalecia eram os grandes latifúndios, com intensos investimentos em capital, inclusive estrangeiro.

Essa evolução e diferenciação da forma de inserção das fronteiras teve, porém, um elemento comum essencial, qual seja a disponibilidade de mão-de-obra passível de ser encaminhada de um lugar para outro, migração que, visando as áreas agrícolas, fonte de melhoria nas condições de vida no imaginário migrante, encaminhou inicialmente para áreas rurais grande contingente populacional que promoveu não apenas a produção agrícola e o desenvolvimento rural, mas propiciou o surgimento de atividades comerciais e industriais típicas do meio urbano.

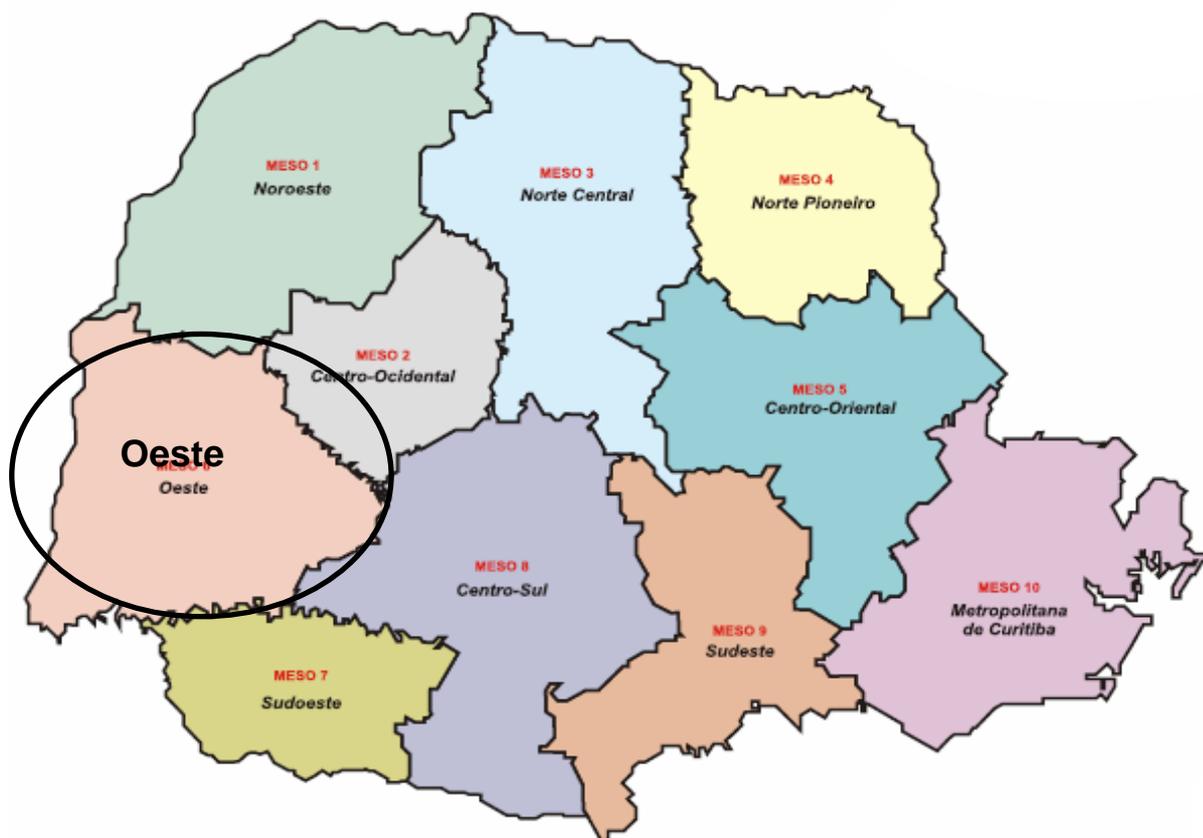
Nos capítulos que seguem, analisar-se-á como ocorreu a ocupação das fronteiras agrícolas, evidenciando a inserção produtiva dos migrantes. Para isso serão analisadas a região Oeste do Paraná e a região de Alto Teles Pires, no Mato Grosso, por apresentarem, por um lado, diferenças cronológicas e conjunturais no processo de ocupação, e, por outro, semelhanças na base econômica. Assim, acredita-se ser possível estabelecer um quadro comparativo entre a evolução destas regiões, como promoveram a inserção da mão-de-obra migrante e como estes fatores representam importantes “artifícios” para o desenvolvimento regional.

## **2 COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1940-2000)**

### **2.1 Contextualização da formação histórico-social do Oeste do Paraná**

O ponto de partida deste capítulo está na formação histórica e social da região Oeste do Estado do Paraná, principalmente após 1940, quando ocorre o efetivo povoamento da região. Inserida no projeto de colonização e nos programas geo-estratégicos do governo Vargas, a região se torna um interessante objeto de pesquisa na problemática que envolve os fluxos migratórios que se originam concomitantemente à abertura de novas fronteiras agrícolas.

O Oeste do Paraná (destacado no mapa a seguir) foi a última região geográfica do Estado a ser colonizada, e seu processo de ocupação se deu no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. A região permaneceu, no entanto, até recentemente, às margens da economia e da sociedade brasileira, integrada às rotas de contrabando e de comércio do Rio da Prata (SCHALLENBERGER, 2006), uma vez que a ocupação do espaço, no Brasil, se restringiu, durante séculos, a uma pequena faixa do litoral, com raras e pequenas incursões para o interior. Desta forma, a área mais interiorana apenas recebia atenção quando a integração territorial sofria ameaças (GREGORY, 2002).



Fonte: IBGE

**Figura 1 – Estado do Paraná dividido em mesorregiões.**

A região, até então, estava entregue à exploração por parte de estrangeiros (paraguaios e argentinos), que tinham sua economia baseada no cultivo da erva-mate, tanto no território paranaense como também no Estado do Mato Grosso do Sul e tinham no Rio Paraná sua principal rota de escoamento. A necessidade e o interesse na colonização desta região surgiu da precisão em garantir a soberania nacional e da incorporação de maiores áreas à produção agrícola, num cenário de crescimento do consumo de alimentos nos centros urbanos e da dificuldade de importação de gêneros alimentícios durante a II Guerra Mundial (GREGORY, 2002).

A ideologia da “Marcha para o Oeste”, proposta pelo governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas, que ia desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais. Esta política nacionalista/expansionista buscava a integração nacional concomitantemente à organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, também a exploração de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas, em prol da organização administrativa, do

desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de espaços até então considerados vazios do ponto de vista demográfico (LOPES, 2002).

Uma das primeiras estratégias adotadas pelo programa foi a construção de estradas para promover a integração entre as diversas regiões do Estado e do país. Para isso, foi criado, em 1938, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), incumbido de desenvolver o programa rodoviário da Marcha para Oeste, como fruto da grande estratégia oficial de desenvolver a região e de propiciar um grande salto no processo de colonização. O objetivo primeiro deste programa, no Estado do Paraná, era construir a estrada entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel. Tratava-se da BR 35, hoje denominada BR 277 (LOPES, 2002).

Como se observa através desta estratégia, a penetração do território deu-se no sentido leste-oeste e passou a representar um desafio de conquista nacional. Desafio que Vargas definia como “imperialismo para dentro”, a fim de integrar os espaços vazios à produção mercantil. A fronteira econômica deveria coincidir com a fronteira política através da ampliação do mercado interno. Abrir-se-ia, desta forma, espaço para a industrialização e se estabeleceria um controle sobre as áreas de tensões sociais (NETO, 2002).

Na imagem da “Marcha para Oeste” está expresso o grande projeto de nacionalização do governo federal, no intuito de promover uma nova redivisão territorial para a melhor organização política, administrativa, econômica e social do país. E é nesse contexto que surgem os territórios federais, um dos quais na região Oeste do Paraná, sob o nome de Território Federal do Iguaçu (TFI). Segundo Lopes (2002, p. 59), “Os objetivos da criação dos territórios federais de fronteiras, dentre eles o Território Federal do Iguaçu, eram os de promover a integração das regiões tanto do ponto de vista espacial e geográfico, quanto econômico e social, além de promover a defesa e a segurança nacional”.

Embora o Território Federal do Iguaçu tenha permanecido por apenas três anos (1943-1946), comparativamente ao que existia na região antes de sua criação, são bastante significativos os avanços obtidos na área de educação, de saúde e de comunicação durante sua existência (LOPES, 2002). De fato, todas estas articulações do governo federal impactaram de forma positiva no desenvolvimento da região Oeste do Paraná, pois, além de tudo, inseriram-na ao contexto nacional, tanto em sua dimensão política, como socioeconômica.

A exaltação da grandeza da pátria, bem como o problema dos vazios demográficos, que deveriam ser resolvidos pela racionalização dos deslocamentos dos grupos sociais para regiões consideradas com menor densidade populacional, além da necessidade de

ampliação da produção de excedentes agrícolas e de um mercado voltado ao abastecimento nacional, vieram à tona através destes artifícios federais e a incorporação de novas áreas para a ampliação da produção agrícola nacional supôs uma variável fundamental: a existência de uma fronteira a ser ocupada.

A região Oeste do Paraná, por sua localização geográfica privilegiada, esteve à mercê da exploração estrangeira, fato agravado pela falta do elemento humano nacional. Essa exploração colocava em risco a soberania e a nacionalidade da região, já que até a década de 1940 a língua mais falada na região era o espanhol e, inclusive, a moeda utilizada era estrangeira. Diante da necessidade de se efetivar a colonização e a inserção produtiva da região, o Estado uniu forças com as companhias colonizadoras particulares e definiu alguns critérios para que o empreendimento tivesse sucesso. Dentre estes critérios estava a conformação fundiária, sendo que prevaleceriam os minifúndios, os quais, embora não fossem tão eficientes para a grande produção, eram a melhor maneira de consolidar o incremento populacional. Outro detalhe seria o tipo de elemento humano que seria atraído, predominantemente o de origem gaúcha e catarinense e descendentes de italianos e alemães, tidos como modelo de “trabalhador” (GREGORY, 2002).

Estas características ficam mais evidentes na área colonizada pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ), área hoje ocupada pelos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa, Maripá, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios. Embora a historiografia acerca da colonização do Oeste do Paraná adote o discurso hegemônico empreendido pela colonizadora MARIPÁ, a formação histórica regional é muito mais complexa, prenha de conflitos em torno da posse da terra, de interesses divergentes a partir de grupos étnico-culturais plurais, de ingerências de políticas governamentais e de projeções do capital financeiro e industrial que interferiram no processo de desenvolvimento regional.

Além da colonizadora MARIPÁ, outras companhias tiveram importante papel para o desenrolar histórico da região Oeste paranaense. Dentre elas essas companhias podemos citar a empresa Pinho e Terras, a Colonizadora Matelândia e Norte do Paraná Ltda. Cada qual possuía características diferenciadas de organização do espaço e os objetivos da colonização, quanto às formas de ocupação e os elementos étnicos, eram muitas vezes divergentes. As colonizadoras com sede na Região Sul do país tinham por objetivo atrair o elemento sulista e organizar o espaço cultural e social nos moldes sulinos. Já as empresas como a Norte do Paraná Ltda., como sede em São Paulo e área de atuação na região de Assis Chateaubriand, Palotina e Tupãssi, tinham outros objetivos e forma de organização,

praticando a grilagem de terra e a expulsão da população nativa através de sangrentos conflitos. Esta colonizadora atraiu, além de migrantes sulistas, grande contingente de paulistas e mineiros (COLOGNESE, GREGORY E SCHALLENBERGER, 1999).

De posse dessa discussão, vê-se que o discurso em torno da colonização do Oeste do Paraná não compreende apenas a pacificidade da ocupação, nem abriga apenas um elemento étnico (sulista). Para tanto, interessa ao presente trabalho a investigação das características e das motivações dos elementos que promoveram a construção territorial e o desenvolvimento regional a partir do poder de atração das novas fronteiras agrícolas sobre os sujeitos sociais, ou seja, migrantes que, na pretensão de aumentar suas áreas de terra ou de valorizar sua força de trabalho, contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico da região.

O incremento populacional do Oeste paranaense é recente, com fluxos migratórios mais intensos a partir de 1940, sendo que a maioria dos colonos que migraram para a região era camponesa em via de capitalização nas antigas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ressaltando que as migrações não têm sempre uma relação direta com pobreza, falta de terras e de alimentos - têm a ver também com perspectivas de capitalização e de adoção de tecnologia e de agricultura empresarial. Muitos colonos venderam suas terras nas colônias mais desenvolvidas para poderem ampliar a área de suas terras nas fronteiras agrícolas onde os preços mais baixos motivavam a aplicação do capital (GREGORY, 2002).

Embora a maioria dos migrantes sejam originários do Sul do país, é inegável a participação de mineiros e de paulistas (como mostra a tabela 01 adiante) na construção socioeconômica regional. Estes descendentes de portugueses e espanhóis tinham objetivos diferentes dos colonizadores de origem italiana e alemã, pois não ocupavam a terra na condição de proprietários, mas como trabalhadores sazonais ([www.portalpalotina.com.br](http://www.portalpalotina.com.br)).

Estas origens étnicas diferenciadas levantam uma hipótese acerca da atração que as fronteiras agrícolas exercem sobre os migrantes. Entre os sulistas, a maioria era pequenos proprietários de terra, que buscavam aumentar suas áreas e seu capital, fazendo parte da “frente econômica” que insere a região num contexto produtivo nacional. Dentre os paulistas, alguns integram marginalmente esta mesma frente econômica, desde que adquiram propriedades de terra, dedicando-se principalmente ao cultivo do café. Já os mineiros e uma parcela de paulistas faziam parte da “frente demográfica”, atraídos, principalmente, pela possibilidade de trabalho, inicialmente no cultivo de café e de hortelã, na região de Palotina e de Assis Chateaubriand.

Supõe-se que na ocupação da região Oeste paranaense, as frentes econômicas tenham chegado antes, pela forma com que foi organizada a produção, pautada na propriedade familiar. As frentes demográficas vieram à reboque deste processo, servindo como mão-de-obra a medida em que as propriedades iam se capitalizando.

O processo de ocupação humana do Estado do Paraná é produto de três frentes pioneiras básicas. Dentre elas, a mais antiga é a do Paraná Tradicional, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e, após, para as zonas de campos gerais, compostas por imigrantes europeus. A segunda fase é a da região Norte, impulsionada pelo cultivo do café, após a Primeira Guerra Mundial, incrementada por “frentes” migratórias internas, principalmente de paulistas e de mineiros. A última e mais recente área de ocupação do território paranaense se deu nas regiões Oeste e Sudoeste em meados do século XX, sendo composta principalmente por migrantes gaúchos e catarinenses (GREGORY, 2002).

Embora estas fases sejam bem definidas cronologicamente na história do Paraná, pode-se inferir que a ocupação da região Norte se projetou sobre a colonização do Oeste paranaense, ou seja, as correntes migratórias que promoveram o incremento populacional da região Norte seguiram, em partes, até o Oeste, à medida que viram estagnadas as possibilidades na primeira. Este fato é coerente com as etapas da economia nacional, onde integrantes de todas as classes sociais se deslocaram de uma região estagnada para outra em expansão. Passado o período de apogeu do produto que trouxera prosperidade à região em expansão, estes grupos migram para outra onde se desenvolvia um novo mercado, impulsionado por outro produto em ascensão e aberto ao emprego da mão-de-obra que se tornara ociosa nas áreas em decadência.

A presença de paulistas e mineiros na região Oeste remonta então à “exclusão” por que passaram estes migrantes nas antigas zonas de colonização do Norte paranaense e nas lavouras de café. Sua presença nas terras oestinas se fez principalmente por esta ser uma região em expansão e oferecer possibilidades de trabalho nas novas culturas que se inseriam ao mercado, como a hortelã e, mais tarde, o trigo e a soja.

Na maioria dos casos, as migrações se inserem numa lógica mercantil excludente, concentradora de terra e de capital, que, implementada ao mesmo tempo pelo setor privado, pelas grandes cooperativas e pelo Estado, gera uma transformação econômica que vem acompanhada de todo um modo de vida, sociocultural e político, muitas vezes conflituoso em relação aos traços culturais locais.

Esta característica, porém, não é uma regra, principalmente em se tratando das migrações que ocorreram no Oeste do Paraná, embora, em alguns casos, o modelo do

colono-empresendedor seja visível. Uma grande parcela de migrantes sulistas, paulistas e mineiros que migraram para esta região era constituída por uma massa fugitiva das pressões demográficas, da falta de terra e da exigüidade de incentivos por parte do governo. Eram, ainda, resistentes à idéia de migrar para os centros urbanos, e viam na colonização das terras oestinas a possibilidade de continuarem sua lida com a terra, garantindo, principalmente, a preservação de suas formas de reprodução social e de seu *modus vivendi*.

Para compreender a complexa dinâmica des-reterritorializadora dos migrantes que promoveram a colonização do Oeste paranaense, é preciso trabalhar em diferentes escalas espaço-temporais. Assim, para analisar o processo de desterritorialização, mas também concomitantemente de uma reterritorialização em novos moldes, é necessário considerar a territorialização previamente existente, ou seja, é preciso desdobrar uma perspectiva histórica e geográfica que envolve as transformações desencadeadas nas regiões em análise, mas também observar o processo de estagnação socioeconômica existente nos Estados sulinos, em São Paulo e em Minas Gerais (HAESBAERT, 1997).

Os fluxos migratórios originados do Estado São Paulo em direção ao Paraná estão diretamente associados à alta dos preços da terra e a uma doença que atingiu os cafezais na região, porém a intensificação desse processo se deu após a crise de 1929, que provocou uma baixa dos preços internacionais e reduziu as exportações. Esse fato impactou de forma negativa toda a economia nacional, mas desestruturou de forma especial a economia dos dois principais Estados produtores de café, Minas Gerais e São Paulo. Assim, se na década de 1920 houve a expansão de muitas cidades e vilas no “caminho do café” nesses dois Estados, o decênio dos anos 1930 conheceu um fenômeno contrário. Muitas cidades tiveram uma baixa enorme de seus efetivos populacionais, efetivos que migraram, em grande parte, para a região Norte do Estado do Paraná para continuarem a produção de café (VIEIRA, 2003).

Já nos Estados sulinos, por volta de 1930, iniciaram-se dois movimentos distintos: de um lado, um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, de outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária, notadamente no Noroeste do Rio Grande do Sul. Tais desdobramentos geraram um excedente populacional rural que se deslocou em busca de novas oportunidades de inserção econômica e social (RIPPEL, 2005). Desta forma, a expansão da fronteira agrícola para o Oeste paranaense foi favorecida pela proliferação das unidades familiares no Sul e, conseqüentemente, pela pressão demográfica exercida sobre os minifúndios, incapazes de se manterem numa economia em mutação, voltada não mais para a subsistência, mas para o abastecimento do mercado interno.

Além disso, as características geográficas, as condições climáticas, a fertilidade do solo, a vastidão das fronteiras e as belezas naturais, aumentaram a confiabilidade no empreendimento colonizador nas terras da região Oeste do Paraná.

Os territórios, de modo geral, são organizados historicamente por agentes humanos, política, jurídica e economicamente. Travam-se relações sociais de domínio e de controle e o território tem um caráter concreto, material e político-ideológico. O significado do território se altera à medida que se reorganiza a sociedade, mediante a apropriação do espaço pelo homem, ou seja, segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo que este último se forma a partir do espaço apropriado pelo homem, que “territorializa o espaço”.

Antes ainda da constituição dos territórios, surgem as territorialidades, que servem como estratégia espacial para atingir, influenciar e controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, desta forma, as territorialidades podem ser ativadas ou desativadas. Ou ainda podem ser caracterizadas como a tentativa de um indivíduo (ou grupo) de atingir, de influenciar ou de controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica, que será chamada de território (SAQUET et alii, 2004).

Assim, a produção de um espaço e de um território é balizada, modificada e transformada pelas redes, pelos circuitos e pelos fluxos que aí se instalam, construindo rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, entre outros. Por fim, o que se manifesta primordialmente na constituição de um território são as relações de poder. Concomitantemente ao fato de os espaços conterem cada vez mais formas de poder, mais valor é agregado aos espaços e territórios. Assim, pode-se pensar a migração ora como ato-reflexo, ora como estratégia, porque, à medida que se abrem as fronteiras, se produzem territórios, valendo-se da geo-estratégia das formas sociais de reprodução que buscam novas oportunidades espaciais.

A ação de pessoas ou grupos, no exercício do poder, pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, jogos que provêm dos indivíduos ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de redes e nós que imprimem no espaço e que constituem o território, permitindo a integração e a coesão dos territórios.

Destacando que as territorialidades podem ser ativadas ou desativadas, tem-se a idéia de mobilidade que é inerente aos territórios. Neste sentido, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de grande estabilidade.

Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder é uma estratégia, ou um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico (SAQUET et alii, 2004).

Dentro desse mesmo contexto surgem os espaços descontínuos, também entendidos como territórios-rede (linhas de transmissão de energia, telecomunicações, agências bancárias...) (SOUZA, 1995), dentro dos quais se tornam possíveis os deslocamentos humanos, num constante processo de desterritorialização e reterritorialização. O primeiro processo ocorre quando passa a ocorrer o acesso desigual a novas tecnologias e à informação, isso combinado com aumento da velocidade dos transportes e da comunicação e com aumento do caráter excludente do trabalho em certas áreas.

O fenômeno de esgotamento das fronteiras e da proliferação das unidades familiares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e o da estagnação da economia cafeeira em São Paulo e de Minas Gerais, desencadearam um processo de desterritorialização, que impulsionou o deslocamento de contingentes populacionais em busca de áreas onde pudessem, de forma semelhante, reproduzir seu modo de vida. Desta forma, o território foi usado como um recurso de modo a garantir os interesses particulares dos migrantes. Para estes atores homogeneizados ele se constitui num abrigo, onde buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico novo, criando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Assim, através dos deslocamentos populacionais e dos conseqüentes processos de desterritorialização e reterritorialização, se percebe o território estruturado em forma de rede que conecta diferentes pontos ou áreas, ou seja, pontos ou áreas que, mesmo sendo espaços descontínuos, podem ser intensamente conectados e articulados entre si.

Uma vez constituído o território do Oeste paranaense, desde o início do século XX até a década de 1950, a principal atividade econômica da região esteve basicamente alicerçada na extração da madeira. Quase que a totalidade deste território estava coberto por imensas reservas florestais: mata de araucárias nas terras mais altas e mata tropical ao longo dos vales fluviais. A ausência de um sistema adequado de transporte rodoviário determinou que, durante os primeiros anos, a vida econômica desta região girasse em torno do eixo fluvial representado pelo Rio Paraná. Em suas margens, tanto do lado brasileiro como do lado paraguaio, passaram a localizar-se os centros comerciais mais importantes. Era por este rio que escoava toda a madeira cortada, destinada aos mercados consumidores localizados em território argentino ou no Estado de São Paulo (COLODEL, 1992).

Esta atividade atraiu grandes investimentos e logo um elevado número de madeiras de médio e grande porte possuíam instalações para serrar, para armazenar e para emboscar madeira em vários pontos ao longo do Rio Paraná. Completava esse sistema fluvial, uma estrada de ferro que circundava o trecho não navegável no atual município de Guaíra. Pelas suas características, esse eixo econômico era praticamente desvinculado do restante do universo econômico paranaense e explica, em parte, a criação do efêmero Território Federal do Iguaçu, cujo centro econômico era a região Oeste do Paraná (PERIS et alii, 2003).

A crescente ocupação e produção agrícola que se seguiu após o quase esgotamento da exploração madeireira fez surgir excedentes comercializáveis, principalmente de suínos vivos e de milho. Esse novo fluxo comercial passou a orientar-se pelo transporte terrestre, via caminhões, atingindo o mercado nacional, por Ponta Grossa (PERIS et alii, 2003).

Ao iniciar-se a década de 1960, mesmo ainda com a presença da indústria madeireira, a base agrícola passou a ser dominante na região. Esta assumiu, ao longo da década de 1960, o primeiro lugar na produção de milho e na criação de suínos do Paraná, diversificando sua produção com a introdução de outras culturas, tais como mandioca, feijão, trigo e soja (PERIS et alii, 2003).

Neste sentido, embora a região tenha sido inicialmente dividida em minifúndios, a localização geográfica privilegiada associada aos recursos naturais abundantes e à criação de estradas que permitiram o escoamento da produção e a interação com outras regiões, favoreceram um rápido desenvolvimento regional.

Vale lembrar que, embora sejam importantes as condições geográficas e naturais, o processo de desterritorialização vem sempre acompanhado da construção de novos territórios; bem como, no desenvolvimento econômico de certas regiões, é fundamental, além das formas de organização ditadas por programas estatais, a participação dos indivíduos, pois, em síntese, eles são os responsáveis e os usuários deste fenômeno e de seus resultados.

Assim, o cenário do desenvolvimento econômico de uma região tem influência nos deslocamentos populacionais que para lá se dirigem e de lá se originam e, nesse movimento de crescimento da economia, a migração é importante fator no processo, ora influenciando-o, ora sendo influenciada por ele.

O dinamismo e até a estagnação econômica de certas regiões está diretamente relacionada à atração ou à repulsão dos migrantes; sendo assim, a região Oeste paranaense se constitui num objeto de análise muito interessante, pois representa uma contradição dentro da sociologia rural: de centro de atração de grandes contingentes

populacionais no decorrer das décadas de 1940-60, torna-se centro de repulsão de migrantes, depois deste período.

Como fronteira agrícola e frente de ocupação do território brasileiro nas décadas de 40 e 60, o Paraná teve sua atratividade pautada em padrões produtivos que adensaram o espaço rural e urbano, articulando atividades e serviços que absorveram uma população numerosa vinda das mais diversas regiões do país. Isso fez com que o Paraná consolidasse uma ocupação regional equilibrada nesse período as mais elevadas taxas de crescimento populacional do país [...], contudo, o esgotamento das oportunidades de fronteira agrícola coincide com o desenvolvimento agroindustrial e mudanças no padrão produtivo, e o período que segue é marcado por grandes fluxos de saída do Estado que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país. (KLEINK, DECHAMPS e MOURA, 1999).

Segundo Piffer (1997), isto ocorreu porque o processo de formação, organização e estruturação do capitalismo tem se caracterizado pela presença de uma redistribuição das atividades econômicas e isso repercute diretamente sobre os movimentos migratórios de pessoas e de capitais, inserindo novos territórios, novas fronteiras ao processo dinâmico da produção capitalista nacional, gerando, conseqüentemente, o desenvolvimento regional.

Assim, as migrações são aqui compreendidas como sendo um processo acima de tudo social, processo no qual grupos sociais se deslocam no espaço geográfico, motivados e estimulados por transformações econômicas e sociais que acontecem em determinados locais num dado período cronológico.

Considerando que os principais condicionantes que deflagram os movimentos migratórios ocorrem na área de origem, no caso o Oeste do Paraná, faz-se necessário entender as transformações que ocorreram nesta região e que foram responsáveis pela perda populacional, principalmente a partir de 1970, em direção ao Estado do Mato Grosso.

Como foi visto anteriormente, na década de 1960, a região passa por uma mudança em sua estrutura produtiva, estrutura que era até então exploratória (madeira) e passa a ser preponderantemente agrícola, produzindo *commodities* como o milho, a soja e o trigo para abastecer o mercado interno. Já na década de 1970, após ser rapidamente povoado, o Oeste paranaense iniciou novas mudanças em sua base produtiva, impulsionado pelo cenário econômico nacional e pelas políticas estatais que atuavam, via incentivos, em prol da modernização agropecuária e pela integração da região aos mercados interno e externo, concomitantemente à ação das colonizadoras particulares e dos produtores, agentes e alvos desta transformação.

O governo adotou diversos instrumentos destinados a modernizar a lavoura e, estimulado por preços internacionais favoráveis e pela disponibilidade de um pacote tecnológico milagroso conhecido como “Revolução Verde” (composto por sementes melhoradas, por mecanização, por insumos químicos e biológicos e por crédito subsidiado), empreendeu uma profunda transformação na estrutura de produção agrícola tradicional em todo o país. A modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial – objeto prioritário do modelo de modernização proposto (MARTINE e GARCIA, 1987).

Nessa estratégia, a agricultura passou a ter um papel importante não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas. Ganharam destaque aquelas culturas consideradas “dinâmicas”, ou seja, destinadas à exportação ou à agroindústria e capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos químicos. A atratividade dos preços internacionais reforçou o estímulo à erradicação de certas culturas e sua substituição por outras com maior demanda no mercado internacional. Esta substituição exigiu a reestruturação da organização social da produção, sendo que as pequenas propriedades tornaram-se inviáveis para a grande produção voltada para o mercado externo (MARTINE e GARCIA, 1987).

Apesar dos benefícios propostos pelo novo modelo de produção, devem ser considerados os impactos sociais causados pela introdução desses mecanismos, principalmente sobre o acesso à terra, a evolução do emprego, a dimensão da migração, a produção e a distribuição de alimentos, entre outros.

Na década de 1970, as ocupações estáveis e permanentes no campo foram em grande parte desestruturadas devido à adoção de escalas de produção maiores, escalas que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não. A maior utilização de máquinas expulsou a mão-de-obra tradicional e as mudanças nas relações de trabalho expulsaram parceiros e arrendatários. Esses impactos, além de causarem um fluxo migratório bastante intenso no sentido rural-urbano, causando o inchamento das cidades, também transformou em assalariados um grande número de pequenos proprietários e os deslocou para as novas regiões de fronteira agrícola (MARTINE e GARCIA, 1987).

Nesse sentido, a fronteira agrícola tem sido citada repetidamente como capaz de atrair fluxos significativos de migrantes e, assim, arrefecer a intensidade da concentração urbana. De fato, nas últimas décadas, a organização da população sobre o espaço se processou em duas dimensões aparentemente contraditórias: a concentração da

população em regiões e localidades economicamente dinâmicas e densamente povoadas, junto com a dispersão e a interiorização via ocupação sucessiva de novas fronteiras agrícolas.

Deste modo, a expansão da fronteira tem preenchido duas funções básicas no contexto brasileiro: primeiro, serviu sistematicamente como válvula de escape para as tensões sociais geradas pela combinação da estagnação econômica, pelo crescimento populacional e pela rigidez da estrutura social altamente estratificada em áreas de ocupação mais antigas; segundo, num país com dimensões continentais, a expansão da fronteira permitiu incrementar a produção agrícola, além de diminuir a pressão sobre os espaços já densamente povoados (MARTINE e GARCIA, 1987).

Na região Oeste paranaense, assim como em todo país, os impactos da modernização agrícola repercutiram com grande intensidade e causaram conseqüências drásticas tanto sobre a mão-de-obra rural como também sobre os pequenos proprietários, que não receberam, por parte do governo, os mesmos incentivos creditícios que os empresários agrícolas. A ocupação das fronteiras agrícolas representou a possibilidade da reprodução social ligada à terra, porém de formas diferenciadas.

No próximo tópico serão analisados os fluxos migratórios que promoveram o incremento populacional do Oeste do Paraná. Posteriormente serão discutidas as transformações na estrutura produtiva que ocasionaram, além da modificação da área domiciliar da população, que passou de rural para urbana, as formas de inserção produtiva da população, que deixou de ser primordialmente no meio rural e passou a se configurar mais às atividades ligadas à indústria, comércio e serviços, típicas do meio urbano.

## **2.2 Incremento populacional, transformações na estrutura produtiva e emigração – Oeste do Paraná.**

A migração que afluíu para o Estado do Paraná, entre 1920 a 1960, inseriu-se na segunda grande onda migratória da história brasileira, a primeira sendo a grande leva de imigrantes europeus para as colônias agrícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e também para a produção do café nas fronteiras paulistas. A afluência de migrantes para o Paraná representou a mais importante experiência de migração e colonização bem sucedida do século XX no Brasil. Teve inicialmente um caráter de movimento do campo para o campo, animando a finalidade de desenvolver a atividade agrícola ligada ao café no Norte do Estado e à cultura de grãos, mais tarde, na região Oeste.

O governo, neste caso, representou um papel secundário, sendo que as companhias colonizadoras particulares, algumas de origem estrangeira, desempenharam o crucial papel empresarial de organizar e orientar o grande movimento populacional ao Estado, onde pouco financiamento público se fez presente.

As áreas de origem dos migrantes que incrementaram o Oeste paranaense situavam-se em diversos Estados brasileiros, sendo os de participação mais significativa o Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, pela ordem de importância. Infelizmente os dados referentes a este aspecto resumem apenas as migrações ocorridas a partir de 1975; apesar disso, a bibliografia acerca deste aspecto revela que, entre 1940-1950, as maiores taxas de migrantes provinham do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pouco se alterando nas décadas seguintes.

**Tabela 1 – Imigração Interestadual no Oeste do Paraná 1975-2000.**

Estados	Imigração Interestadual no Oeste do Paraná					
	1975-1980	%	1986-1991	%	1995-2000	%
Rondônia	300	0,83	4480	11,84	1794	5,84
Minas Gerais	3388	9,37	1195	3,16	940	3,06
São Paulo	8658	23,95	6788	17,94	8062	26,23
Santa Catarina	8047	22,26	5810	15,35	6592	21,45
Rio G. do Sul	11807	32,65	7021	18,55	6196	20,16
Mato G. do Sul	2685	7,43	2989	7,90	3195	10,39
Mato Grosso	504	1,39	9047	23,93	3940	12,82
Outros Estados	768	2,12	517	1,37	18	0,06
Total	36157	100,0	37847	100,0	30737	100,0

*Fonte:* FIBGE 1980, 1991,2000. Rippel, 2005.

O quadro acima aponta várias unidades federativas que contribuíram para o incremento populacional do Oeste paranaense e percebe-se que, embora a bibliografia acerca da região retrate gaúchos e catarinenses como sendo os principais responsáveis pela formação étnica, vê-se, pela tabela, que o contingente de paulistas é maior que o de catarinenses, chegando a representar 26% dos migrantes. Já os mineiros, que quase nunca são lembrados pela literatura, representaram, entre 1975-80, cerca de 9% dos migrantes que se dirigiram para o Oeste do Paraná, destacando também sua importância.

No mapa a seguir estão traçadas as principais trajetórias migratórias com destino à região Oeste do Paraná.



Fonte: IBGE

**Figura 2 - Principais trajetórias migratórias que afluíram para a região Oeste do Paraná.**

A grande maioria dos migrantes vindos dos Estados sulinos eram essencialmente ligados à terra. Vinham na condição de proprietários, com vistas a aumentar suas áreas de terras, buscando nesta relação dar continuidade na sua forma de reprodução social nos moldes característicos desses descendentes de europeus. Assim, enquanto fronteira agrícola, a região Oeste do Paraná representou uma possibilidade real de fazer valer essa continuidade e de garantir uma certa capitalização.

Já entre paulistas e mineiros, hipoteticamente pode se supor que vieram inicialmente atraídos pelo cultivo de café, no Norte do Paraná, e, mais tarde, migraram para a região Oeste do Paraná quando esta representava oportunidades de trabalho, inserida na

contexto de abertura das fronteiras agrícolas, ligada à extração de madeira e posteriormente na agricultura, com o cultivo de hortelã e na produção de grãos.

Pode-se inferir também, que essas origens étnicas diferenciadas tiveram uma localização espacial diferente, conforme a atuação da companhia colonizadora da qual adquiriam terras ou eram arregimentados com promessas de trabalho. Os sulistas se concentraram mais na área na qual a colonizadora MARIPÁ teve papel importante, região hoje polarizada pelos municípios de Toledo e Marechal Candido Rondon. Já os mineiros e paulistas tiveram maior presença nos municípios colonizados pela empresa Norte do Paraná, atuante na região de Assis Chateaubriand, de Tupãssi e de Palotina.

Como se pode ver, as atividades desenvolvidas no início da colonização eram essencialmente ligadas à agricultura, assim como também era mais significativa a população residente no meio rural, mas, dentro de cada um desses projetos de colonização, havia locais destinados à formação de um núcleo urbano, como prescrevia o Estatuto da Terra no artigo 64, que dizia que as parcelas de terra nos projetos de colonização podiam ser de dois tipos: urbanos e rurais.

I - parcelas, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceleiro e de sua família cuja moradia, quando não for no próprio local, há de ser no centro da comunidade a que elas correspondam;

II - urbanos, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados no núcleo ou distritos, eventualmente às dos próprios parceleiros, e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais. (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Na região Oeste do Paraná, a base de ocupação da fronteira foi inicialmente rural, com a vinda das “frentes econômicas” em busca da aquisição de terras, mas dentro do projeto de colonização estava a necessidade de formação de núcleos urbanos, que abrigassem uma gama de atividades, como comércio, prestação de serviços de educação e de saúde, entre outros, fundamentais para gerar condições de sobrevivência para os migrantes. As “frentes demográficas” vem à reboque deste processo, à medida que estes centros urbanos se tornam locais de abrigo para quem não conseguiu comprar terra e, conseqüentemente, forma-se aí um incipiente mercado de trabalho, que dará suporte ao meio rural, na limpeza das áreas e nas atividades ligadas à agricultura.

Nesse sentido, é importante frisar que a migração se constituiu não só condição para o povoamento, mas para a formação de um mercado de trabalho, e, ligado a esse aspecto, surge uma contradição nas políticas de atração utilizadas pelo Estado e pelas

companhias colonizadoras: - Como atrair os migrantes trabalhadores e alimentá-los sem lhes dar acesso à propriedade de terra?

Segundo Bertha Becker (1999), a solução para isso seria a mobilidade da força de trabalho apoiada na urbanização, pois, para que ocorra o efetivo desenvolvimento da região de fronteira, faz-se necessária a constituição de um mercado de trabalho móvel, com trabalhadores permanentes e temporários e também se torna estratégia de sobrevivência para o campesinato, que mantém o vínculo com a terra, complementando sua renda com empregos sazonais ou eventuais.

A criação de uma força de mercado dinâmica e versátil, para efetuar várias tarefas e ainda produzir alimentos, torna-se, assim, condição fundamental para a organização do mercado de trabalho dentro das fronteiras agrícolas, e, portanto, para a ocupação regional. Implicitamente, este aspecto constitui-se como uma estratégia de atração populacional articulada pelas colonizadoras.

A importância da formação dos núcleos urbanos como instrumento de ocupação relaciona-se, assim, a três aspectos fundamentais: a atração de fluxos migratórios (principalmente frentes demográficas), a organização do mercado de trabalho e o controle social (BECKER, 1999). A relação do urbano com a mobilidade é patente nos povoados e nas vilas. Estes surgem como pontos de concentração de mão-de-obra, para abertura de matas, para plantação, para colheita, e de apoio direto à circulação (canteiro de obras, entreposto comercial, posto de combustível) e freqüentemente desaparecem com a extinção das frentes de trabalho.

O panorama dessas transformações entre rural e urbano fica evidente a partir da análise da próxima tabela, na qual se tem a composição da população do Oeste do Paraná, que era essencialmente rural até o final dos anos 1970, alcançando um estado de quase equilíbrio durante a década de 1980, ocorrendo a partir daí a inversão na situação domiciliar. Dentre as razões explicativas para esta mudança está a crescente importância da urbanização e de atividades urbanas que absorveram o excedente populacional gerado pela modernização agrícola, que veio dar suporte ao desenvolvimento a partir da criação de uma infra-estrutura de comércio, de indústrias, de prestação de serviços, de hospitais e de escolas.

**Tabela 2 - Composição da População do Oeste do Paraná por área urbana e rural de domicílio – 1970 a 2000.**

Ano	População Urbana		População Rural		População Total
	Total Urbano	% no Total da População Regional	Total Rural	% no Total da População Regional	Total Geral
1970	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432
1980	484.504	50,43	476.225	49,67	960.729
1991	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929
1996	832.691	77,20	245.893	22,80	1.078.584
2000	929.092	81,60	209.490	18,40	1.138.582

*Fonte:* Censos Demográficos Brasileiros (IBGE – 1970 a 2000). Apud: Rippel, 2005.

Além de os dados acima revelarem uma inversão da concentração populacional que passou a ser maior no meio urbano, o fenômeno mais marcante da trajetória populacional da década de 1980 no Paraná foi, sem dúvida, o êxodo rural, que provocou uma redução de 1,3 milhões de pessoas no meio rural, fato que também contribuiu para o baixíssimo crescimento demográfico da região (1,38% a.a.). Esta cifra, descontando o crescimento vegetativo, se traduziu numa emigração estimada de 2,5 milhões de pessoas do campo paranaense (MARTINE, 1994).

A dimensão extraordinária desta emigração rural acabou sendo explicada pelo momento histórico que a agricultura brasileira estava passando durante a década de 1970, quando o padrão de modernização agrícola adotado teve seus impactos mais diretos sobre a estrutura agrícola do Paraná, onde predominava a pequena e média propriedade. Assim, pode-se inferir que, em parte, as oportunidades geradas pela possibilidade da pequena produção na fronteira agrícola do Centro-Oeste, bem como da Amazônia, acabaram servindo como válvula de escape para o êxodo rural paranaense (MARTINE, 1994).

Como se vê, boa parte dessa transformação ocorrida na relação urbano-rural deve-se à modernização da agricultura, que gerou um elevado volume de desemprego no campo, como resultado da consolidação do setor agropecuário voltado para o mercado externo que dinamizou o cultivo de certas culturas, em detrimento de outras.

Mediante estes acontecimentos, o enfraquecimento da agricultura de pequena escala permitiu que grandes empresas agroindustriais assumissem o papel dominante

no setor rural brasileiro, onde a utilização de sistemas modernos de produção desalojou pequenos produtores rurais, bem como desalojou fornecedores e comerciantes também classificados como pequenos.

Este fenômeno somente foi viabilizado porque o Estado do Paraná abriu espaço para que a política agrícola nacional ganhasse força, porém, concomitantemente a esses ganhos, ocorreu o esgotamento de sua fronteira agrícola e o crescimento dos problemas sociais. Esta postura gerou profundas mudanças na economia e no setor rural do Estado, e da região Oeste, em especial. Severas críticas foram feitas à adoção do pacote tecnológico denominado Revolução Verde, sendo que suas técnicas foram apenas adquiridas e não aprendidas e, deste modo, seu acelerado movimento de implantação provocou a expulsão de trabalhadores e de pequenos proprietários rurais (RIPPEL, 2005).

A exclusão dos pequenos proprietários agrícolas ocorreu pelo fato de que, na época, não havia mais a possibilidade de expansão da agropecuária paranaense, vez que a maior parte do território estadual já estava ocupada. O Oeste paranaense foi atingido de forma marcante, pois foi nessa região do Estado que a modernização agrícola se deu de forma mais contundente, principalmente ocasionando o êxodo rural e o crescimento da desigualdade no Estado.

Houve, na região, uma maior incorporação de áreas destinadas ao cultivo do binômio soja/trigo e a tecnificação no campo teve respostas positivas, devido ao solo fértil e à topografia privilegiada. Este cenário propiciou uma elevação no preço das terras e um nível razoável de enriquecimento, mas trouxe também graves problemas sociais, tais como urbanização desordenada, êxodo rural e um elevado volume de emigração das áreas rurais.

A população ocupada em atividades ligadas à agricultura, era na década de 1970, de aproximadamente 215.510 mil pessoas, reduzindo-se para 164.800 na década de 1980 e chegando a apenas 99.300 em 2000 (IPEA, 2007). Como se pode perceber, a redução foi de 46%, considerada bastante significativa. Muitas dessas pessoas dispensadas do trabalho rural migraram para atividades ligadas ao meio urbano, porém muitas tornaram-se migrantes com destino a outros Estados brasileiros, principalmente àqueles que representavam a possibilidade de continuidade do trabalho no campo. Esse fenômeno emigratório veremos mais adiante.

As categorias de proprietários agrícolas, de parceiros e de arrendatários foram também reduzidos drasticamente, como se pode ver na tabela a seguir.

**Tabela 3 - Categorias ligadas à terra (arrendatário, parceiro e proprietário) no Oeste do Paraná 1970-1995**

Categoria	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1995
Arrendatário	10171	10479	5355	4888	3067
Parceiro	11823	16459	10386	9505	5933
Proprietário	48748	55171	53544	51438	44020

*Fonte:* IPEA

Estas três categorias foram, em grande parte, reduzidas não apenas pela modernização na agricultura (que inviabilizou as propriedades menores), mas o que decorreu deste fato, ou seja, a concentração fundiária. Desconsiderando as mazelas sociais decorrentes deste processo, a agricultura da região necessitou, a partir dessa nova etapa econômica, reorganizar suas atividades, que passaram a empreender modernas tecnologias e se destinarem ao mercado exportador. A agricultura continuou sendo o carro-chefe da economia regional, porém incorporou moldes capitalistas de produção, onde a economia alimentar industrializada passou a comandar o crescimento econômico da região.

Segundo Marx (1971), as transformações que ocorrem no modo de produção capitalista que afeta a agricultura têm um princípio geral comum: a divisão social do trabalho. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a produção capitalista rompe os laços que uniam a agricultura e a manufatura, cria condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria.

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza; e, no outro, uma nova síntese, baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura, tornando esta última, até então considerada um “setor autônomo”, num ramo da própria indústria (SILVA, 1998).

O longo processo de transformação da base técnica (chamado de modernização) culmina na industrialização da agricultura. Este processo representa a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que for necessário.

A agricultura se industrializa e torna-se um setor subordinado ao capital; mais do que isto, ela se torna um ramo de aplicação do capital, de modo particular, do capital industrial, que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas (SILVA, 1998).

Surge, assim, um novo padrão agrícola, orientado para a integração vertical e para o incremento da produção através do aumento da produtividade, além da conjugação de outros diversos fatores, como a intensa urbanização, o rápido crescimento do emprego não agrícola, o crescimento e a diversificação das exportações e a política de crédito rural.

O processo de capitalização, juntamente com o modelo agroindustrial, criou novas alternativas de inserção produtiva, tanto para os migrantes que viram frustradas suas perspectivas de sobrevivência junto à terra, como para a população como um todo. Num mundo globalizado cada vez mais veloz e competitivo, a história da redistribuição espacial da população brasileira deixou um legado bastante propício para as condições de competitividade do país. A interiorização da população se deu graças à incorporação da expansão de fronteiras sucessivas, caracterizadas por um padrão de alta mobilidade. O resultado deste processo se materializou na constituição de uma rede urbana dentro das fronteiras agrícolas, além de outras coisas, se configura no principal *locus* do excedente da força de trabalho – exército de reserva que se constitui muito mais num exército de excluídos, mas cuja disponibilidade é importante para atender à velocidade do fluxo de capitais e de investimentos, e, assim, contribuir para o desenvolvimento da região.

Na tabela a seguir tem-se a evolução de pessoas ocupadas nas atividades ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços, que absorveram grande parte da população “expulsa” do meio rural.

**Tabela 4: Pessoal ocupado em outras atividades na região Oeste do Paraná 1970-1995.**

Atividades	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1995
Indústria	7975	14528	18195	17639	26622
Comércio	8107	18691	30379	39861	56459
Serviços	3754	10819	16966	20169	28841

Fonte: IPEA

A atividade que mais cresceu no período foi a de comércio, que além de amparar o setor agroindustrial, também deu suporte à população no tocante à área têxtil, alimentícia, entre outras. É importante salientar a integração dos diversos setores, sendo a

agricultura a base econômica da região, pois grande parte das novas atividades que surgiram foram para dar suporte a esse setor. A prestação de serviços, que também teve um aumento expressivo, comporta, entre outras atividades, a mecânica de implementos agrícolas, empresas de crédito rural e de assistência técnica agrônômica às propriedades rurais.

Segundo Rippel (2005), no período de 1970 a 2000, o setor de prestação de serviços passou a representar 13,93% da população ocupada na região; as atividades industriais alcançaram 12,60% do total; e o de comércio de mercadorias, por sua vez, atingiu um patamar de 13,60%.

Ao longo da década de 1970, o Brasil conheceu transformações que não se explicavam apenas pela aceleração da penetração do capitalismo nas esferas produtivas e sociais. Seria a ação do Estado autoritário produzindo as bases necessárias para grandes mudanças sobre o território que traria a possibilidade real da existência de uma série de processos espaciais que, pela primeira vez na história, incorreria numa gama variada de fenômenos e de fluxos em várias direções do território nacional. As migrações se inserem nesta estruturação, e não é apenas o êxodo rural que configura espacialmente e preponderantemente este processo. Em menor escala de importância dada, as migrações interurbanas constituíam o apoio logístico fundamental nas diversas etapas que compunham o grande movimento do êxodo rural (MENEZES, 2000).

Um outro movimento de população, derivado do contexto supracitado, passou a ter grande visibilidade: *a expansão da fronteira agrícola*. A velocidade com que a penetração de contingentes populacionais ocorreu em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia relegou para segundo plano os estudos migratórios com base em dados e fórmulas estatísticas. Os dados censitários apontam, ainda nos anos 1970, o Centro-Norte do país como área de despovoamento. Concomitantemente verifica-se a ocorrência de movimentos diferenciados, como frentes pioneiras, emigração e despovoamento, tudo inserido dentro da mesma região (MENEZES, 2000).

Como se pode perceber, a partir da nova configuração econômica regional, muitos indivíduos economicamente ativos da região foram empurrados para fora do campo e emigraram para núcleos urbanos dentro da região, ou não, porém nem todos detinham habilidades produtivas e de formação pessoal para que pudessem ser prontamente inseridos em outros setores (indústria, comércio e serviços). Passaram, então, por dois movimentos distintos: ou se ocuparam com funções de baixa qualificação e remuneração no meio urbano ou emigraram para novas áreas de fronteira agrícola, onde pudessem continuar trabalhando com a terra.

Dentro dessa perspectiva, boa parte dos trabalhadores rurais, sejam eles parceiros, arrendatários ou mesmo proprietários, abandonou o campo na intenção de conseguirem trabalho em outro local. O enfoque do presente estudo está centrado principalmente nas migrações decorrentes deste processo, que tiveram trajetória interestadual, ou seja, nos movimentos que levaram os migrantes da região Oeste paranaense para outros Estados, com destaque para o Mato Grosso.

Na tabela seguinte são apresentados os principais Estados que representaram áreas de destinos para os fluxos migratórios originados no Oeste paranaense, no período de 1975-2000.

**Tabela 5 – Destino dos fluxos migratórios interestaduais originados no Oeste do Paraná – 1975-2000**

Estados	Emigrações Interestaduais do Oeste do Paraná					
	75-80	%	86-91	%	95-00	%
Rondônia	27985	18,24	6526	9,60	2331	5,00
Minas Gerais	4945	3,22	1813	2,67	1714	3,68
São Paulo	51142	33,34	17996	26,48	12026	25,81
Santa Catarina	10452	6,81	11936	17,56	13645	29,28
Rio Grande do Sul	4672	3,05	4820	7,09	5015	10,76
Mato Grosso do Sul	20763	13,53	5672	8,35	3891	8,35
Mato Grosso	30631	19,97	15349	22,59	7921	17,00
Outros Estados	2825	1,84	3845	5,66	60	0,13
<b>Total</b>	<b>153415</b>	<b>100,0</b>	<b>67957</b>	<b>100,0</b>	<b>46603</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Rippel, 2005. IBGE 1980, 1991, 2000.

A tabela mostra uma tendência clara de que existem dois fatores de atração do emigrante: um, as novas fronteiras agrícolas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul que absorveram 33,50% do total dos emigrantes no período de 1975-80, 30,84% no período de 1986-91 e 25,35% no período de 1995-2000, podendo-se observar que houve uma ligeira tendência de perda da força de atração das fronteiras agrícolas sobre a população emigrável. O outro fator são os mercados de trabalho mais dinâmicos e consolidados, como o de São Paulo, o de Santa Catarina e o do Rio Grande do Sul, que passaram a ter crescente força de atração, perfazendo total de 33,20% dos emigrantes para outros Estados no período de 1975-80, 51,13% de 1986-91 e de 65,90% no período de 1995-2000. São Paulo, que atraiu o maior

coeficiente de emigrantes, foi, progressivamente, cedendo lugar a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, que, juntos, no período de 1995-2000, atraíram 40,04% do total dos emigrantes para outros Estados. Estes mercados mais dinâmicos revelam a dinâmica populacional em busca por novas oportunidades de inserção produtiva e conseqüente geração de renda.

Como se viu, as perspectivas de trabalho com a terra, nesta região de fronteira agrícola, foram sendo minguadas ao longo do tempo e os migrantes tiveram de buscar outras formas de inserção produtiva em atividades ligadas ao meio urbano ou recomençar um novo processo migratório que os levou para novas áreas de fronteira, onde o processo de inserção socioeconômico se repete. Ocorre, assim, segundo Haesbaert (2004), um processo de desterritorialização, processo que, inicialmente, se reflete na exclusão dos trabalhadores agrícolas, e, posteriormente, se reflete sobre o território como um todo, que perde população.

Este processo diminui ou enfraquece o controle das fronteiras, aqui num sentido estadual, aumentando, assim, a dinâmica, a fluidez e a mobilidade, seja ela de pessoas, de bens materiais ou de informações. Assim, o discurso da desterritorialização é o discurso da mobilidade. “Pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada a mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.” (HAESBAERT, 2004, p. 238).

A figura do migrante pode ser associada ao discurso da desterritorialização relativa, e sua mobilidade é, de alguma forma, controlada e direcionada, sempre referida à transposição de uma fronteira política constituída. A migração tem, nesse sentido, a mobilidade mais como um meio, do que como um fim, sendo ela uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade socioeconômica. Este tipo de migrante está numa constante procura pela reterritorialização, dando aos territórios um sentido múltiplo e destacando os territórios-rede sobrepostos e descontínuos, que possuem, entre si, um alto grau de integração, possibilitada, de um modo geral, pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, que permite o deslocamento entre os territórios (HAESBAERT, 2004).

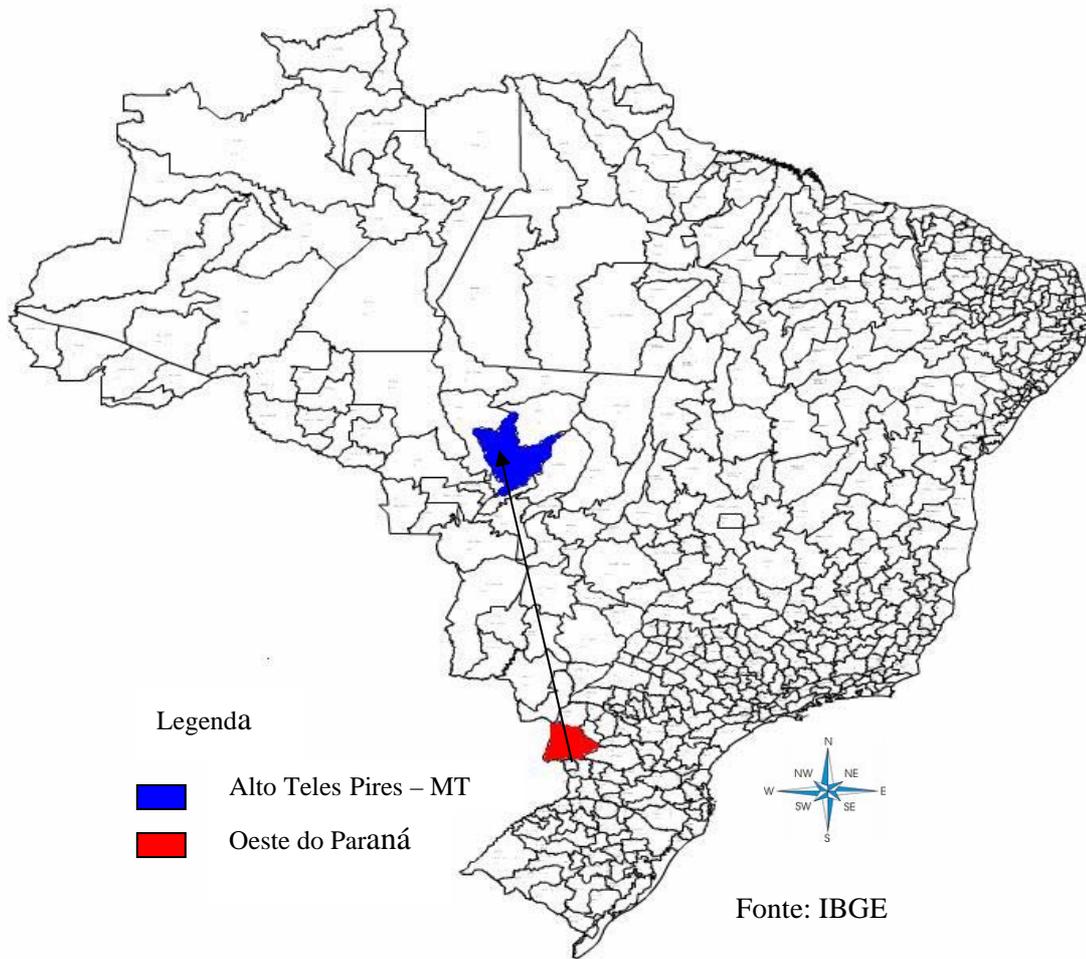
Este trabalho tem como meta observar, de agora por diante, como se deu o deslocamento do percentual de migrantes que se dirigiu ao Estado do Mato Grosso a partir de 1975, em busca de inserção social e produtiva quando da expansão de sua fronteira agrícola. Trata-se de analisar, assim como foi feito na região Oeste do Paraná, como os migrantes

acompanham as transformações na agricultura e se inserem em novas atividades produtivas, quando o meio rural não oferecia mais condições de sobrevivência.

### **3 MATO GROSSO: A PROMESSA DO ELDORADO**

#### **3.1 Configuração socioeconômica do Estado do Mato Grosso**

A análise do deslocamento de um contingente significativo de migrantes da região Oeste do Paraná para Alto Teles Pires, no Estado do Mato Grosso, como pode ser visualizado no mapa a seguir, a partir de 1975, tem como objeto central a observação da origem do movimento migratório a partir das transformações da agricultura e a forma de inserção social e produtiva na nova fronteira de expansão agrícola. Recorre-se ao método comparativo para averiguar as transformações e os deslocamentos gerados pelo processo de modernização agrícola, para entender, além da reconstrução e da ampliação dos espaços de produção agropecuária, através da posse da terra, como os migrantes se inseriram em novas atividades produtivas, tanto no pólo de repulsão quanto no de atração.



**Figura 03 – Trajetória migratória – Origem: Região Oeste do PR – Destino: Alto Teles Pires MT**

Uma retrospectiva histórica favorece a compreensão desse fenômeno, a partir de um olhar sobre a política agrária, que, no caso brasileiro, sempre favoreceu o processo de concentração da propriedade patrimonialista. De acordo com Caio Prado Júnior (1981), a colonização do Brasil teve várias fases ou ciclos econômicos, que se caracterizam pela conquista de terras virgens e pelo ganho considerável de áreas destinadas à produção agrícola. A expansão da fronteira se constituía para o Estado um meio de garantir a posse do território e de controlar sua população. Assim, ao longo de toda a história do Brasil, o processo de colonização se deu por etapas que “obedeciam” a um movimento de leste para oeste, impulsionado pela produção de matérias-primas voltadas para o mercado externo. Esse processo engloba fatores políticos, econômicos, ecológicos e sociais. Somente em 1850 o Estado brasileiro formulou a primeira lei agrária do país, que, além da garantir o poder dos

latifundiários, favoreceu uma política agrícola agroexportadora e concentracionista (MOTTA, 2005).

A ocupação da região Centro-Oeste, da qual o Mato Grosso faz parte, teve início no século XVIII, quando bandeirantes paulistas encontraram minérios em alguns pontos de seu território. Várias cidades mato-grossenses, como Cuiabá, Cáceres e Poconé são originárias deste período (HESPANHOL, 2000). Essa ocupação se deu de uma forma brusca e desordenada, com a principal preocupação de garantir a posse do território e resolver problemas de superpopulação em outras regiões, principalmente no Sudeste, além de tentar amenizar os conflitos gerados pelos latifúndios no Nordeste e pelos minifúndios no Sul do país, oferecendo inúmeras vantagens, principalmente para empresas de colonização privada.

Ainda no século XVIII e durante o século XIX, observa-se o desenvolvimento da criação de gado, destinado à produção de charque, e também da exploração de produtos vegetais, como a erva-mate. No Mato Grosso, a atividade mineradora foi subsidiada pela pecuária bovina e muar e pela pequena lavoura de subsistência, que se expandiu com ela e lhe deu suporte. Dessa forma, essas atividades provocaram o surgimento dos primeiros povoamentos, vilas e cidades (HOGAN et alii, 2002).

No início do século XX, com a chegada das ferrovias que interligaram a região Centro-Oeste ao Sudeste, a criação de gado teve forte incremento no Mato Grosso, em razão da possibilidade de transporte do boi vivo até os frigoríficos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse período, a cidade de Cuiabá, que exercia o papel de principal centro econômico e político regional, passou a perder importância, ao passo que cidades como Campo Grande e Corumbá, na porção sul do Estado, foram se fortalecendo (HOGAN et alii, 2002).

Assim, como é possível verificar, até 1930 o Estado do Mato Grosso estava na condição de “território de conquista”, ocupado por índios e sustentado por uma economia extrativista. Entre 1930 e 1960, chegam os posseiros, vindos, sobretudo, da região Nordeste, que atravessavam o Rio Araguaia em busca de pastagens para o gado e de terras para culturas de subsistência. Esta terra, como muita do interior do Brasil e da América Latina, era considerada “terra de ninguém” – espaços vazios, a serem ocupados, produzidos, valorizados (PASSOS, 1998).

Na década de 1930, além de incentivar o desenvolvimento do setor industrial e estimular a diversificação da produção agrícola, o governo Vargas procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, através da chamada “Marcha para Oeste”, que tinha por objetivo maior, como foi referido

anteriormente, a ocupação demográfica e exploração do potencial econômico do despovoado interior do país.

No período das décadas de 1940 e 1950 foram criadas, no Mato Grosso, algumas colônias agrícolas e abertas algumas estradas, o que provocou a valorização de algumas áreas na região. As colonizações efetuadas pelo Estado do Mato Grosso através de prestações de serviços com empresas colonizadoras incentivaram o surgimento das colonizações particulares (HESPANHOL, 2000).

No Mato Grosso, a colonização agrícola é realizada, notadamente, por grandes empresas privadas do Sul e do Sudeste do país. O Centro-Norte do Estado foi "dividido", nos anos 1970, entre três sociedades de colonização privada (Colíder, Indeco e Sinop), que implantaram projetos de colonização que buscavam uma valorização agrícola das terras a partir da organização de núcleos rurais e urbanos de apoio. Essas empresas promoveram os processos de colonização agrícola e de urbanização simultaneamente, tanto que a origem dos principais centros urbanos do Norte do Mato Grosso, Colíder, Alta Floresta e Sinop, está diretamente associada à organização do espaço da colonização (CUNHA et alii, 2004).

Cada um desses municípios teve formas de desenvolvimento diferenciadas. As duas primeiras surgiram a partir do *boom* populacional dos anos de 1970 e 1980 e, embora representem os maiores centros urbanos da região Norte, têm, ainda hoje, as menores taxas de urbanização do Estado. Quanto à atividade econômica, Colíder tem sua base na pecuária. Já Alta Floresta, embora tenha contemplado, em seu projeto de colonização, o minifúndio, atraindo pequenos agricultores do Norte do Paraná, teve sua base de desenvolvimento pautada na extração mineral, através de garimpos. Sinop atraiu, também, grande parcela de paranaenses (69%), e teve sua base econômica alicerçada na extração de madeira. Esta atividade proporcionou o surgimento de uma rede industrial bem desenvolvida, o que favoreceu a atração de contingentes populacionais, responsáveis por uma das maiores taxas de urbanização do Estado (CUNHA et alii, 2004).

Entre 1970 e 1974, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) priorizou o assentamento de colonos pobres nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme proposta do projeto POLONOROESTE, atendendo a três objetivos básicos: 1) promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; 2) frear o êxodo rural e reorientar, para a região, o fluxo que se dirigia para as grandes metrópoles do Sudeste; 3) diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do país (PASSOS, 1998).

Do ponto de vista territorial, a grande preocupação dos governos militares foi com a integração nacional, fazendo com que áreas ocupadas por nações indígenas, por pequenos posseiros e por garimpeiros, que viviam isolados, fossem integradas ao espaço econômico brasileiro, buscando assim implementar uma geopolítica de distribuição populacional para promover maior ordem e equilíbrio social, pela diminuição das tensões em áreas de concentração humana, e incrementar o modelo agroexportador. Daí a preocupação em construir estradas e implantar núcleos de colonização. Para isso, foi lançado, no início dos anos de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), que objetivava a construção de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, ao longo das quais foram criados vários núcleos de colonização oficiais pelo INCRA.

A colonização efetuada pelo INCRA nesta região fracassou e, em meados da década de 1970, o governo federal passou a estimular a implantação de projetos agropecuários e agrominerais na região, através da concessão de incentivos fiscais e creditícios a grandes empresas nacionais e multinacionais. A colonização gerenciada por empresas privadas ganhou impulso, principalmente ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), no Estado de Mato Grosso (HESPANHOL, 2000). Cidades como Sinop, Vera, Sorriso e Alta Floresta são originárias desses projetos de colonização privada, como já foi referido anteriormente.

Após a divisão territorial e administrativa do Estado de Mato Grosso, que deu origem ao Estado de Mato Grosso do Sul (1979), a política de ocupação e de povoamento do território mato-grossense enfatizou os projetos de colonização particulares, que foram atraídos pela imensa disponibilidade de terras baratas.

As mudanças regionais e a acelerada urbanização regional estiveram diretamente relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais, no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da região amazônica ao espaço e à economia nacional.

Toda a história da ocupação da região da Amazônia Legal, da qual faz parte uma significativa porção do território do Mato Grosso, é marcada por grandes devassamentos da floresta tropical. A partir de meados dos anos 1970, essa situação se intensifica, e é o Estado que assume a iniciativa da ocupação regional, através de programas e incentivos fiscais. A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima do governo militar, fundamentado na doutrina da segurança nacional (BECKER, 1997).

Ainda segundo Becker (1997), na década de 1970, o governo determinou que uma faixa de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais pertenceriam à esfera pública, sob o pretexto de fazer a distribuição das terras para colonos, em projetos de

colonização. Esta responsabilidade recaiu sobre o INCRA, que teve a incumbência de promover, executar e controlar a distribuição das terras.

Em alguns desses projetos, o órgão federal se encarregava de organizar todo o assentamento, e fornecia também a assistência técnica e financeira aos colonos, como é o caso do PIC (Projeto Integrado de Colonização). Em outros projetos, como o PA (Projeto de Assentamento) e o PAR (Projeto de Assentamento Rápido), a atuação do INCRA era apenas na demarcação e na titulação das áreas ocupadas espontaneamente. Geralmente eram áreas divididas em lotes de 100 hectares, distribuídos em torno de uma rede de núcleos urbanos hierarquizados: as rurópolis, as agrópolis e as agrovilas (HESPANHOL, 2000).

Em parte, pode-se afirmar que os objetivos iniciais de ocupação da área foram alcançados, mas não se teve um controle efetivo da colonização. Era preciso incorporar essa imensa região ao sistema produtivo nacional, mas a distância geográfica dos grandes centros comerciais caracterizava-se como fator impeditivo para alcançar tal meta.

As características e os objetivos da colonização sofreram alterações segundo o momento político. Entre 1970 e 1974, a prioridade era a colonização com ênfase social, que optava pelos camponeses mais pobres, através da implantação de pequenas propriedades rurais, características das principais áreas de evasão populacional. A partir de 1975, o governo adotou uma colonização fundamentada no espírito comercial, marcada pela venda de grandes extensões de terra a empresas colonizadoras (BECKER, 1997). A partir daí, passou a predominar, na região, a esfera política e econômica da empresa agropecuária. O governo se desvencilhou do papel de empreendedor, mas, mesmo assim, passou a fomentar os projetos de colonização privada através de créditos e incentivos fiscais.

Bertha Becker (1997, p. 26) destaca que:

O governo considera impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários frente à escala dos investimentos e de organização empresarial considerada necessária à ocupação rápida de uma área extensa como a Amazônia. É o próprio governo, porém que avaliza e credita subsídios aos empresários, através do mecanismo de incentivos fiscais.

Todo esse processo provocou grandes impactos na ocupação e no desenvolvimento econômico, não só do Estado de Mato Grosso, mas de toda a região Centro-Oeste e da Amazônia. A política de isenção fiscal e a dedução do imposto de renda, adotada nessa época, contribuíram para aumentar, cada vez mais, a concentração de terras no Brasil.

Ao que tudo indica, pelas características das propriedades atuais, embora tenha havido, nas fases iniciais da colonização, uma oportunidade para pequenos agricultores

se estabelecerem no Mato Grosso e em toda região, o que predominou foi a incorporação dessas pequenas propriedades pelas maiores, do que resultou um processo de concentração fundiária em torno das grandes fazendas de criação de gado, das atividades extrativas (madeira e minérios), e das propriedades monoculturas, ou, ainda, de grandes áreas ociosas que passaram a servir como “reserva de valor” à espera de uma maior valorização no mercado.

O contexto histórico em que ocorreu a organização do espaço mato-grossense transformou essa área numa grande fronteira agrícola, em constante expansão. De acordo com Becker (1997), há uma diferença entre a antiga colonização da área e o modelo atual de ocupação. No passado, o povoamento e o investimento se vinculavam à atividade agrícola ou mineradora e geravam crescimento da população e da produção. Ao final do século XX, a fronteira começou a apresentar novas feições, uma vez que se ajustou a um novo patamar de integração nacional, inserida num mercado globalizado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos.

Além disso, o que se percebe são diferenças nas fases organizacionais quanto à política agrária do Estado, segundo Ferreira et alii (1999, p. 209):

A primeira ligada a política de integração e segurança nacional, norteada pelo ordenamento estratégico do pensamento militar (década de 70 até início de 80). São os projetos das frentes de expansão da fronteira agrícola, calcados em políticas de ocupação e de incentivos fiscais para empresas agropecuárias. A segunda fase, que ocorre na década de 80, já é uma resposta e reajuste das políticas anteriores, mas norteada pela dominância de uma ‘estratégia agrícola’, de consolidação da modernização da agricultura nas regiões que permitem uma maior inserção do capitalismo no campo.

Ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na área da Amazônia Legal constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agro regional.

Nesse sentido, a distribuição dos cultivos de grãos, em especial da soja, milho e arroz, assim como do algodão na região, tem sua dinâmica espacial associada, em grande parte, não somente à pesquisa científica, que possibilitou a adaptação de novas espécies vegetais às características do cerrado, como ao uso intensivo de máquinas, equipamentos e insumos, determinantes dos elevados índices de produtividade aí alcançados.

A potencialidade para o cultivo de grãos em grande escala encontra-se, principalmente, nas áreas de cerrados da Amazônia Legal, aí incluídos o Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão, onde domina um clima com período seco definido e a

topografia plana admite a mecanização ao mesmo tempo que os solos apresentam características que respondem à moderna tecnologia empregada (IBGE, 2006. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em 05 de novembro de 2007.)

Nesse sentido, a distribuição espacial das principais lavouras temporárias e, em especial, do cultivo da soja, revela a feição atual de uma dinâmica territorial que conjuga inovação tecnológica à expansão horizontal de cultivos modernizados predominantemente em áreas de cerrado de baixa densidade demográfica. Tais áreas eram tradicionalmente ocupadas por uma pecuária extensiva ou se apresentavam encobertas por uma vegetação original de cerrado ou, em menor escala, de floresta, às quais se associavam características naturais limitantes de seu potencial produtivo.

Partindo do município de Itiquira, a sudeste de Mato Grosso, a soja iria se expandir, nos anos 80, para a região de influência de Rondonópolis e, mais adiante, de Cuiabá, alcançando, em meados dessa década, a porção central deste Estado. Um registro desse deslocamento espacial constitui o posicionamento de Itiquira e Cuiabá no ranking dos municípios que se destacam no contexto estadual, no qual Itiquira atinge o terceiro lugar, em 1985, e o quinto, em 1995, enquanto o município de Diamantino pularia de terceiro para o sétimo lugar, entre esses dois anos comparativos.

Em meados da década de 90, Campo Novo dos Parecis, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde e Sorriso (os dois últimos pertencentes a microrregião de Alto Teles Pires), assumiriam a liderança na produção estadual revelando o deslocamento de uma produção, cada vez maior, que se deslocava do centro-sul para o centro-norte do Estado, em direção ao eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém) onde o município de Sorriso, isoladamente, detém, atualmente, mais de 10% da produção nacional de soja.

No eixo central da BR-163 aparecem grandes áreas de expansão de soja até a altura dos municípios de Sorriso, que atualmente concentra mais de 10% da produção nacional, e Sinop, onde termina a atividade agrícola em grande escala, enquanto nas áreas de domínio florestal, a norte desse município, à sensível diminuição do volume de produção associa-se o domínio da rizicultura enquanto cultura ligada à incorporação de novas áreas à produção. Esta última aparece associada seja à abertura de pasto ou mesmo, mais recentemente, à implantação de novas culturas comerciais, como a soja, milho e, mais recentemente, o algodão.

Para oeste, pela região alcançada direta e indiretamente pela BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), a lavoura da soja atingiria enorme expressão territorial e elevado nível

de capitalização dentro de uma dinâmica que já começa a penetrar no território de Rondônia a partir do sudeste.

Hoje em dia, o crescimento de alguns pólos de plantio de soja na região de Santarém e de Marabá e Redenção, no Pará, reflete a implementação de políticas estaduais de incentivo a plantios comerciais fora das áreas de expansão dessa cultura nos cerrados de Mato Grosso, Tocantins e de Balsas, no sul do Maranhão e Piauí.

Associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, a distribuição espacial das áreas desmatadas, assim como dos focos de calor, reflete, diretamente, o crescimento de atividades intrinsecamente articuladas a esse processo, tais como a extração de madeira e a abertura de pastagem, que compõem, juntamente com a expansão do cultivo de grãos, um mosaico de usos diferenciados do espaço amazônico que vêm alterando, de forma radical, a dinâmica tradicional de ocupação da Amazônia brasileira.

Com efeito, a entrada da agricultura capitalizada na região Amazônica e no Estado do Mato Grosso especificamente, constitui uma novidade histórica no uso da terra de uma região cuja economia girava em torno da atividade extrativa mineral e do extrativismo vegetal, principalmente, da borracha, cuja sobrevivência, na atualidade, depende, em grande parte, do empenho das populações locais em preservar suas formas coletivas de apropriação e uso dos recursos naturais, contando para isso com forte apoio internacional.

Acumulam-se, assim, evidências sinalizadoras de importantes mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário nessa região, muitas das quais associadas à introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural - via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros - assim como recaem sobre a geração de renda, emprego e condições de vida geral de sua população.

Finalmente, dentre os elementos centrais que acompanham e induzem o movimento de transformação nessa região, a expansão da rede viária conjugada à da rede de cidades e vilas constituem, seguramente, a face mais visível das transformações operadas no território amazônico.

Com efeito, a criação de novos povoados, vilas e cidades, isto é, a distribuição das sedes urbanas constituem fator preponderante na dinâmica de expansão da fronteira agropecuária nessa imensa região cuja vida econômica era pautada, até bem pouco tempo, pelo ritmo e acessibilidade ditados pelo traçado dos rios.

Servindo de ponto de apoio técnico e operacional além de pólo de difusão da comunicação regional, as cidades do interior amazônico concentram, cada vez mais, os

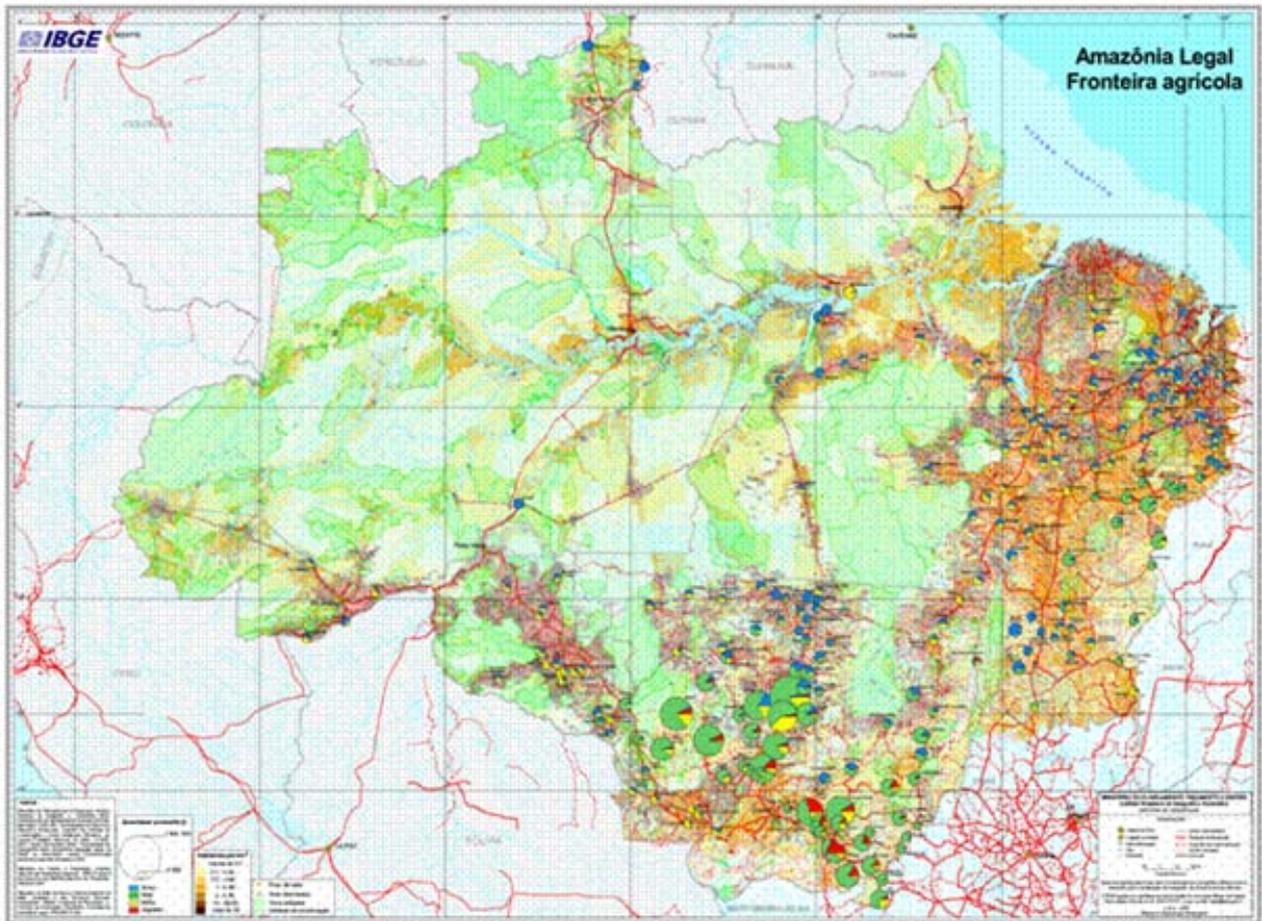
serviços e a mão-de-obra envolvidos na realização, em bases modernas, do processo de produção agroindustrial.

Nesse sentido, não só a expansão agropecuária está intimamente associada com a dos demais setores econômicos, como existe uma ordem de precedência nessa associação no sentido de que o crescimento da agropecuária antecede (e determina) o crescimento da indústria e dos serviços mesmo em áreas onde a política pública não atuou, fundamentalmente, em apoio às atividades urbanas.

A expansão da produção e a contínua ampliação-intensificação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infra-estrutura, criando um vasto leque de oportunidades não só para o setor industrial e de serviços envolvido diretamente no agronegócio na região.

Além dessas oportunidades geradas, os serviços ligados diretamente à população urbana constituem um dos ramos que tem se beneficiado diretamente com o surgimento e ampliação das pequenas e médias cidades situadas na fronteira amazônica, envolvendo, nesse sentido, a demanda por escolas, serviços médicos e de alimentação, além de estimular o crescimento do comércio local, ampliando o leque de atividades reveladoras da sólida associação campo-cidade que acompanha na atualidade a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia Legal.

Nesse sentido, a convergência dos padrões regionais de uso da terra longe de expressar a continuidade do projeto geopolítico de incorporação da fronteira, que marcou a ocupação territorial da Amazônia nos anos 70, expressa, atualmente, um processo de ocupação agropecuária associada a uma maior articulação ao espaço econômico nacional a partir de interesses provenientes tanto de fora como de dentro da própria região.



*Fonte:* IBGE

Obs. Os dados contidos nas caixas de texto dentro do mapa estão transcritos no texto.

**Figura 04 – Mapa da área de expansão da fronteira agrícola na região da Amazônia Legal**

Assim, a fronteira agrícola hoje já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades e tem intenso ritmo de urbanização e de industrialização, onde o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos em infra-estrutura. Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou a camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, mas potencialmente gerador de realidades novas (BECKER, 1997).

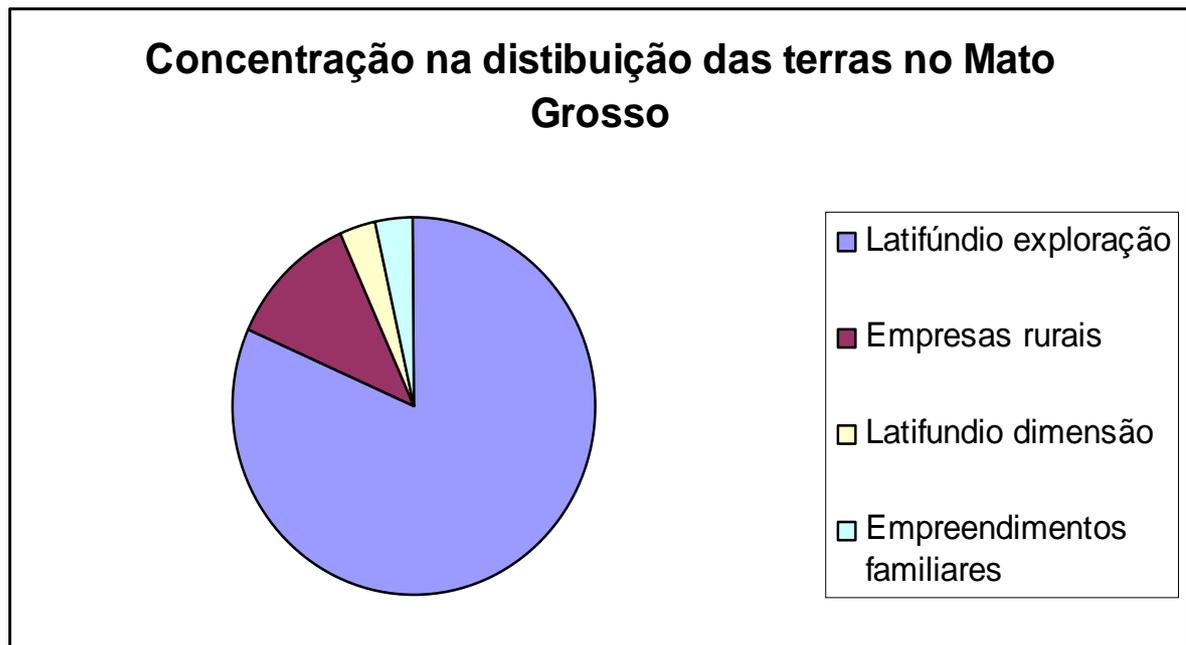
Para os pequenos agricultores, que não têm condições de repor os nutrientes do solo, o desmatamento da área e a substituição da mata por pastagem é a alternativa mais rápida para valorizar suas terras. Para o latifundiário, o desmatamento e a implantação da pecuária extensiva foi a forma encontrada para garantir a legitimação jurídica da propriedade.

É importante destacar que a economia e a população na fronteira agrícola dessa região apresentam taxas de crescimento superiores ao restante do país. Além de que a fronteira agrícola nessas áreas está fundamentada na criação de núcleos urbanos que dão suporte ao desenvolvimento regional, gerando uma gama de outras atividades que servem de alternativa para os migrantes destituídos de pecúlios para a posse de terra.

A rápida expansão da fronteira agrícola através da construção de estradas sem que houvesse proporcional capacidade de gerenciamento do governo sobre a ocupação do espaço resultou no processo de colonização espontânea e desordenada e na extração descontrolada dos recursos naturais. Neste sentido, interessa para o presente trabalho a migração originária do Oeste paranaense, que contribuiu para a forma de ocupação do espaço, para o incremento populacional e para o desenvolvimento socioeconômico mato-grossense.

A região Centro-Oeste, particularmente o Mato Grosso, possui, como se viu, uma economia essencialmente pautada na agropecuária e comporta um processo de urbanização crescente e, ao mesmo tempo, preserva grandes reservas florestais, características que se somam para formar o conjunto das situações representativas da diversidade demográfica e ambiental. Nas décadas recentes, mais acentuadamente dos anos de 1980 em diante, a agricultura capitalizada é o principal fator de crescimento econômico, dando espaço somente ao grande proprietário, que reúne condições suficientes para a mecanização do processo produtivo e investimentos em tecnologia, de modo especial na correção dos solos, fator fundamental para tornar as terras produtivas e fazer da soja (principal produto produzido) um negócio rentável (CUNHA et alii, 2002).

Dados do INCRA revelam um caráter concentrador na distribuição das terras no Mato Grosso, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo, sendo que, em 1988, cinquenta por cento (50%) do total da área cadastrada no Estado era considerada aproveitável para as diversas atividades econômicas, sendo assim distribuídas: 81,72% latifúndio por exploração; 11,71% empresas rurais; 3,33% latifúndio por dimensão e 3,22% empreendimentos familiares.



*Fonte:* Compilação da autora a partir de dados do Incra.

**Gráfico 1 – Concentração na distribuição das terras no Estado do Mato Grosso**

Os dados acima revelam que o espaço destinado à pequena propriedade é muito pequeno, senão irrisório. Fica evidente que, para os migrantes ou mesmo residentes que dependem da terra para sua reprodução social, sobra uma área diminuta que, em geral, se caracteriza por terras pouco produtivas ou muito remotas e inóspitas. Em muitos casos, são justamente estas áreas as destinadas à reforma agrária. Terras que precisam de muitos investimentos para produzir e, conseqüentemente, inadequadas para a produção de famílias com poucos recursos.

A agropecuária cresceu quase 15% durante a década de 1990 no Mato Grosso, e, apesar da constatação dos efeitos negativos de ordem socioambiental, a soja cultivada em grandes áreas baseadas na monocultura e com alta utilização de insumos químicos se traduz na possibilidade do desenvolvimento econômico tão almejado, que trará a reboque a industrialização, a riqueza e o progresso (CUNHA et alii, 2002).

Em cidades como Lucas do Rio Verde e Sorriso, pertencentes à microrregião de Alto Teles Pires, que se caracterizam como grandes produtoras de soja, está em curso o discurso da agroindustrialização, que tem na construção da BR 163 (Cuiabá-Santarém) um fator agregado que daria ao desenvolvimento local maior competitividade, uma vez que viabiliza o escoamento da produção para o exterior com menos gastos. Por outro lado,

esta lógica do desenvolvimento contribui, mais uma vez, com a exclusão do pequeno produtor (CUNHA et alii, 2002)

Quanto à dinâmica migratória, cada microrregião do Estado possui características particulares, sendo possível observar que, ainda na década de 1990, houve grande contribuição da imigração interestadual. A predominância de paranaenses (cerca de 50% do total dos migrantes que se dirigiram para o Estado) nas áreas de fronteira agrícola demonstra a importância que os fluxos originários desse Estado, bem como suas especificidades em termos de trajetória prévia, tiveram sobre o processo de expansão da fronteira agrícola. Vale ressaltar que essa mesma importância do “sulista” na composição da migração estadual é a que empresta uma característica muito particular para se entender a ocupação e a expansão de áreas como a fronteira do Mato Grosso, ou seja, a busca por áreas novas e a pouca propensão ao retorno (CUNHA et alii, 2002).

Para acompanhar esta migração interestadual e as formas de inserção produtiva destes migrantes no Estado do Mato Grosso, o enfoque estará sobre o fluxo de sulistas, especialmente os paranaenses que se dirigiram e contribuíram para o desenvolvimento da microrregião de Alto Teles Pires, pertencente à mesorregião Norte, onde estão situados, entre outros, os municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde. A escolha desta região se dá pelo fato de ter absorvido cerca de 50% de migrantes provenientes do Paraná e pelas semelhanças de base econômica, sendo que esta região é a maior produtora de grãos do Estado do Mato Grosso. Segundo dados do jornal Gazeta do Povo (edição especial 1º de maio de 2007) estes dois Estados (Paraná e Mato Grosso) respondem, juntos, por 50% da produção de soja e 40% da produção de milho no Brasil.

### **3.2 Imigração, inserção produtiva e desenvolvimento**

Embora no início da ocupação das fronteiras agrícolas do Mato Grosso a intenção prioritária do Estado fosse promover a colonização através da constituição de pequenas propriedades que atendessem aos anseios de produtores descapitalizados e excluídos das formas de produção ditadas pela modernização agrícola, principalmente no Sul do país, o processo de ocupação do território mato-grossense promoveu, no entanto, desvios, sensivelmente observáveis a partir de 1980, quando esta fronteira agrícola foi tomada pelo grande capital, que gerou uma estrutura latifundiária de exploração agropecuária. Esta

projeção do grande capital sobre a propriedade teve como fatores favoráveis a existência de grandes extensões de terra disponíveis e comercializadas a preços irrisórios.

O Estado do Mato Grosso se constitui numa das últimas regiões de fronteira agrícola a ser ocupada, onde as oportunidades econômicas associam-se, de modo geral, à possibilidade de acesso a terras férteis ainda não incorporadas ao processo produtivo. Analisando-se os fluxos migratórios sulistas que promoveram o incremento populacional do Estado, vê-se que eles se dirigiram, prioritariamente, na direção de áreas rurais tidas como virgens, ou pouco exploradas, o que caracteriza, de certa forma, a reprodução do modo de ocupação territorial tradicional que se verificou com os imigrantes europeus no Sul do país (HAESBAERT, 1997).

O grande fluxo da migração gaúcha e paranaense em direção ao Mato Grosso representa, de certa forma, uma continuidade do processo de colonização agrícola em áreas de mata, que se iniciou com a expansão dos núcleos coloniais de imigrantes europeus do Sul do Brasil, que, na primeira metade do século XX, atingiu solos férteis do Oeste de Santa Catarina e do Paraná. A densidade migratória para Mato Grosso se deu durante os anos de 1950 e 1960, dada a atração pelo cultivo de arroz sequeiro, tido como cultura desbravadora, que, na década de 1970, foi substituído pela soja, que encontrou estímulos especiais na política agrícola oficial e na valorização do produto no mercado internacional. A estes fatores, pode ser associado o pioneirismo e a tradição dos colonos do Sul na cultura da soja (HAESBAERT, 1997).

A década de 1970 representou o grande *boom* da expansão migratória dos sulistas pelo interior do país, tanto pelo agravamento do problema da concentração de terra no Sul quanto pelos programas estatais, geo-estratégicos, que estimularam a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia. Por outro lado, o domínio de novas tecnologias de produção e o crédito, para aquisição de equipamentos e insumos, fomentaram a agricultura no cerrado, concentrada, sobretudo, na produção da soja.

Na tabela a seguir, é possível visualizar as principais unidades federativas que contribuíram para o incremento populacional do Estado do Mato Grosso, onde a participação de paranaenses assume destaque.

**Tabela 6 – Imigração Interestadual no Estado do Mato Grosso 1970-1996.**

<b>UF Anterior</b>	<b>1970/1980</b>	<b>1981/1991</b>	<b>1991/1996*</b>
Rondônia	3.692	30.510	15.707
Pará	2.006	13.211	6.585
Maranhão	1.463	22.150	4.631
Bahia	7.831	12.259	4.781
Minas Gerais	31.708	24.266	6.481
São Paulo	41.833	64.124	16.132
Paraná	112.440	164.596	26.057
Santa Catarina	7.703	25.880	5.969
Rio Grande do Sul	17.893	27.801	6.694
Mato Grosso do Sul	35.297	68.318	19.275
Goiás	42.921	51.119	19.845
<b>Total</b>	<b>304.787</b>	<b>504.234</b>	<b>132.157</b>

\* exclui crianças menores de 5 anos.

*Fonte:* Rippel, 2005. FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996. Adaptação especial autora.

Na composição da imigração do Estado, destaca-se a participação do Paraná, que, dentre os Estados, contribuiu para o incremento populacional do Mato Grosso com aproximadamente 37% dos migrantes, no período de 1970 a 1980. Entre 1981 e 1991 a participação dos migrantes paranaenses reduziu-se para 32% e, entre 1991 e 1996, caiu para 20%. Apesar desta queda na participação, o Paraná manteve-se como o Estado que mais liberou migrantes para a fronteira agrícola do Mato Grosso.

A predominância de paranaenses nas áreas de fronteira agrícola demonstra a importância que os fluxos originados desse Estado, com todas as suas especificidades em termos de trajetória prévia, tiveram sobre o processo de expansão da fronteira agrícola mato-grossense.

É impossível identificar, sob este aspecto, três grupos básicos de famílias que se enquadram no processo migratório. O primeiro conjunto caracteriza-se por possuir terra na região de origem, mas as famílias tornam-se afetas à propaganda pró-migração e pró-colonização por estarem buscando, para seus membros, melhor espaço e uma extensão de terra maior. Essas famílias se caracterizam pela possibilidade de transmutar de uma pequena propriedade familiar de produção no Sul, de 5-10 ha, para uma área de 50-200 ha no Mato

Grosso, por exemplo. Esta vontade da busca de melhores condições de vida acompanha a composição da própria família e a relação que esta estabelece com a terra (VIEIRA, 2003).

Para estas famílias há uma tendência favorável à migração, pois, como nem todos os integrantes de cada unidade familiar têm possibilidade de herdar um pedaço de chão, a família procura localizar-se em área onde haja possibilidade de esses filhos encontrarem novas terras ou novas ocupações. Neste sentido, há uma vontade e uma escolha da família em migrar, vontade ligada, no entanto, às condições estruturais e materiais de existência e à criação de uma disposição através da propaganda, que desperta a curiosidade e o espaço político intrafamiliar favorável à decisão do ato de migrar.

Um segundo grupo se caracteriza pela descapitalização na região de origem. São homens sem-terra, que buscam, porém de forma isolada, condições de trabalho e de vida. Estes vão para uma região de colonização nova, para o exercício de profissões em grandes fazendas ou mesmo na aventura e na esperança de conseguir um pedaço de chão. Quando isto não é possível, aceitam e se submetem a trabalhos na indústria, como, por exemplo, na indústria madeireira, ou aceitam trabalhos até mesmo no garimpo. Para atender a este grupo, o Estado tenta criar alternativas, dentre as quais a colonização dirigida. A colonização é possível por existirem duas ordens de fatores: primeiro, porque há o conflito social, a luta pela terra, a tensão social e, segunda, há a necessidade da existência de uma fronteira a ser incorporada pelo capital, entendido como relação social de produção. Há de existir uma “fronteira em movimento”, um espaço “demograficamente vazio” (VIEIRA, 2003).

Nesta condição de submissão a outros trabalhos que não sejam o da terra incluem-se também alguns proprietários de terras, que constituem o terceiro grupo, que se localizam em regiões inóspitas e não conseguem produzir na terra pela ausência de créditos, de insumos agrícolas como adubos, de sementes e de condições de armazenamento-comercialização da produção. Na inexistência destas condições materiais de infra-estrutura e de políticas agrícolas adequadas, o agricultor submete-se, mesmo que temporariamente, a trabalhos e a empregos que não são o seu objetivo primeiro. Estas características estão muito presentes em regiões novas de colonização recente, manifestando-se no Norte de Mato Grosso e, provavelmente, em outras regiões da Amazônia (VIEIRA, 2003).

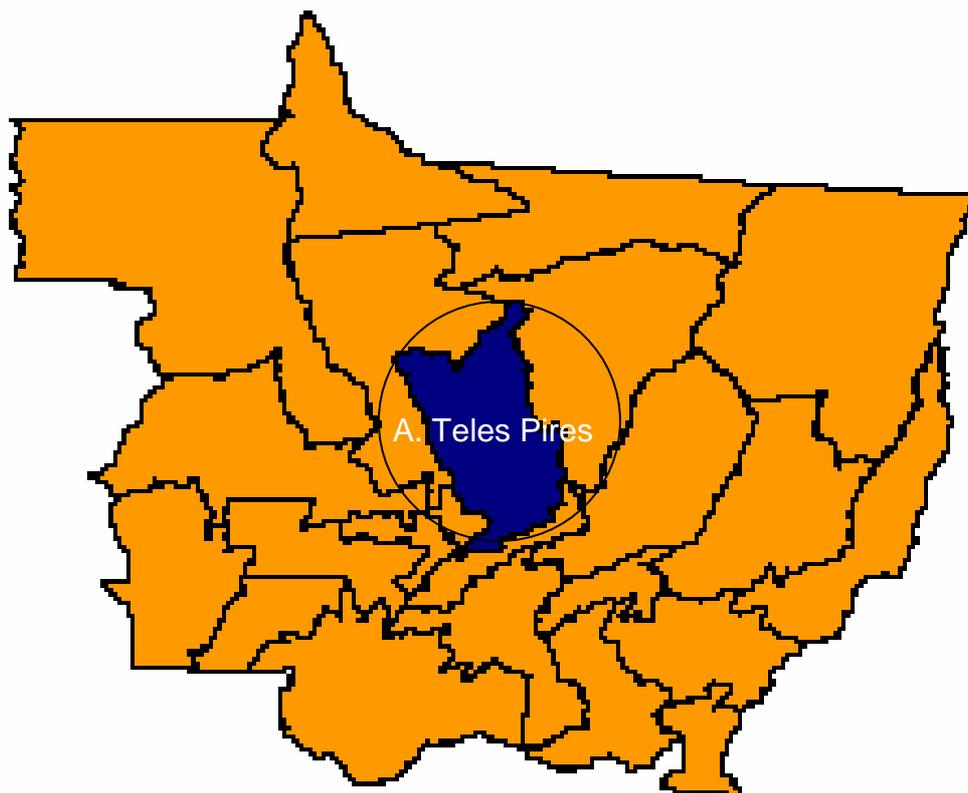
Assim como na fronteira agrícola da região Oeste do Paraná, a migração com destino às fronteiras agrícolas do Mato Grosso atendeu também a dois grupos essenciais de migrantes, os que possuíam terras no Sul e mantiveram esta condição no Estado do Mato Grosso, fazendo parte do que se definiu, no segundo capítulo, como “frente econômica”, pois possuíam capital para investir e adquirir terras e um segundo grupo, onde se reconhece a

“frente demográfica” composta de trabalhadores sazonais, que, embora tivessem o sonho de conseguir terras na fronteira, servem como mão-de-obra tanto na área rural como em atividades do meio urbano. Por fim, há, ainda, um grupo misto, que possui características tanto da frente demográfica como da frente econômica. São aqueles pequenos proprietários cuja propriedade não é o bastante para garantir a sobrevivência familiar e que, por isso, exercem outras atividades para complementar a renda.

Embora também se reconheçam estes grupos na composição da população no Estado do Mato Grosso, pode-se inferir que, diferentemente do ocorrido na região Oeste do Paraná, as “frentes demográficas” no Mato Grosso, chegaram antes das “frentes econômicas”, pelo fato de que o governo pretendia organizar uma colonização embasada na distribuição de terras devolutas para o regime de pequenas propriedades, ou seja, os primeiros migrantes que chegaram eram elementos descapitalizados, e que viam nessa atitude do governo uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Este modelo, porém, não foi eficaz, devido à má qualidade do solo, que precisava ser preparado com a utilização de adubos e defensivos para se tornar produtivo, o que encarecia e inviabilizava a produção. Com a falha deste modelo, a estratégia de ocupação passou a ser outra, a atração de produtores capitalizados e a facilitação de acesso ao crédito agrícola e inclusive, a instalação de multinacionais agrícolas. Dentro desta estratégia, está a “frente econômica”, capaz de fazer grandes investimentos e viabilizar a produção em grande escala.

A expansão da fronteira agrícola através da intensificação e da multiplicação dos projetos particulares de colonização, no Mato Grosso, apresentou características peculiares. Entre fins dos anos 1960 e por toda a década de 1970, pôde ser identificada uma profunda e intensa atuação dos capitais privados, via empresas particulares de colonização, com absoluto destaque para a porção norte do território. Esta parece ter sido a mais destacada forma de ocupação, valorização e integração do território do Mato Grosso à lógica de reprodução do capital - processo que, naquele momento, implicava a redução das tensões sociais, particularmente aquelas relacionadas à questão agrária, e, concomitantemente, a criação de novas oportunidades de valorização para o capital.

A microrregião de Alto Teles Pires (destacada em azul no mapa abaixo), objeto de análise da absorção de paranaenses e de sua inserção produtiva neste trabalho, pertence à mesorregião região Norte do Estado, logo acima da Baixada Cuiabana. Esta microrregião teve um forte destaque em se considerando o crescimento populacional, principalmente a onda migratória que se projetou para o Norte do Estado, ao longo da principal rodovia, a BR 163, eixo prioritário de expansão da fronteira agrícola.



*Fonte:* Nepo/UNICAMP, 2003.

**Figura 05 – Mapa do Estado do Mato Grosso dividido em microrregiões.**

Municípios desta microrregião, como Nobres, Sorriso e Lucas do Rio Verde, tiveram crescimento populacional de 10% a 15% a.a., durante toda década de 1970 e, na década de 1980, continuaram crescendo a taxas de 8% a 12% a.a., índices muito elevados se comparados à média estadual que era de 5,4% a.a. (CUNHA et alii, 2004). A microrregião absorveu, entre os anos de 1970/1980 e 1981/1991, 48% e 45% de migrantes paranaenses. Embora algumas regiões do Estado, como Alta Floresta e Sinop, tenham absorvido contingentes maiores de paranaenses, a opção pela comparação do Oeste do Paraná com Alto Teles Pires se deu, entre outros fatores, pela semelhança na estrutura produtiva.

Na década de 1980, como é possível observar na tabela, ocorreu a inversão no destino dos migrantes, quando 58,3% passaram a se dirigir para a zona urbana, acompanhando a tendência geral de urbanização crescente do Estado. Apesar desta mudança, a microrregião de Alto Teles Pires ainda possui um alto índice de migrantes com destino rural, cerca de 40%. Esses dados demonstram a importância e a força de atração da agricultura

sobre os fluxos migratórios, que, ainda nos anos 1990, influenciaram o crescimento demográfico e o desbravamento territorial do Mato Grosso (CUNHA et alii, 2002).

**Tabela 7 – Migrantes interestaduais segundo área de destino urbana e rural no Mato Grosso.**

Microrregião	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/2000	70/80	81/91	91/2000
Alto T. Pires	34,8	58,3	74,5	65,2	41,7	25,5
Total UF	45,0	69,9	79,4	55,0	30,1	20,6

*Fonte:* CUNHA et alii, 2004. FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na década de 1990, os municípios de maior destaque foram os de Sorriso e de Lucas do Rio Verde, que compreenderam um processo de crescimento continuado, iniciado na década de 1970 e 1980, respectivamente. Estes dois municípios se transformaram em importantes pólos agroindustriais, com uma economia baseada na agricultura tecnificada, especialmente no que concerne à produção de soja, algodão e milho. Foram beneficiados pela integração do Centro-Oeste à economia nacional durante os anos 1980, para se consolidar como área produtora de bens de exportação (bens agrícolas). Hoje, estas duas cidades são os grandes centros prestadores de serviço para a região, principalmente pela rápida urbanização vivenciada na década de 1990 (CUNHA et alii, 2004).

A partir de 2000, as taxas de urbanização tiveram um crescimento ainda maior, uma vez que a distribuição demográfica aponta para a área urbana cerca de 79,4% de população. Isso ocorreu, em grande parte, em função da inversão no destino das migrações, que passaram a se dirigir mais intensamente para o meio urbano, fazendo com que o percentual dos migrantes para o meio rural sofresse um decréscimo de 25%.

O que prevalece na zona rural, no entanto, não são as pequenas propriedades, mas os grandes latifúndios, voltados para a produção comercial da soja e para a agroindústria. Para o cultivo agrícola e, também, para as pastagens da pecuária, o que prevalece são as áreas de 1.000 a 10.000 hectares. A microrregião em análise segue o mesmo padrão de alta concentração de terra do Estado. A base do desenvolvimento agrícola no Mato Grosso foi, sem dúvida, baseada nas grandes propriedades, consolidadas a partir de estímulos e de favorecimentos governamentais aos grupos que tinham interesse em ocupar a fronteira mato-grossense.

Na tabela a seguir pode-se visualizar a inserção dos imigrantes interestaduais nas diversas atividades econômicas.

**Tabela 8 – Inserção produtiva dos imigrantes interestaduais (Alto Teles Pires- MT) 1970/1980 e 1981/1991 e 1991/2000.**

Ano	Trabalho Volante	Parceiro ou meeiro empregado	Parceiro ou meeiro autônomo	Agricultura	Pecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Autônomo Agropecuária	Autônomo ou outras atividades	Empregador
<b>1970/80</b>	1,1	0,4	0,4	16,2	7,2	7,0	9,7	26,3	16,6	7,1
<b>1981/91</b>	6,1	1,5	1,9	11,4	5,1	12,9	18,3	10,2	16,5	10,0
<b>1991/00</b>	-	-	-	18,4	9,6	17,5	33,8	7,0	-	83

*Fonte:* CUNHA et alii, 2004. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. Obs: Algumas categorias, como trabalhador volante, parceiro e meeiro, não aparecem mais no censo de 2000. Adaptação especial da autora.

Pela tabela acima pode-se analisar as formas de inserção produtiva dos migrantes na microrregião de Alto Teles Pires, a partir do que se constatam algumas alterações durante os períodos observados. Na década de 1970, o que prevaleceu são as ocupações ligadas à agricultura (16,2%), bem como as atividades autônomas relacionadas à agropecuária (26,3%). Outras atividades figuram com um percentual de 16,6%. Na década de 1980 houve mudanças significativas em algumas categorias, com um aumento acentuado na categoria de trabalhador volante na agricultura, que cresceu de 1,1% para 6,1%. Observa-se, também, o fortalecimento das atividades industriais, de comércio e de serviços, que passaram de 12,9% para 17,5% e 18,3% para 33,8%, respectivamente, entre as décadas de 1980 a 2000. Em contrapartida, é possível verificar uma queda na absorção de mão-de-obra em atividades ligadas à agropecuária, embora ainda os números sejam significativos.

Na tabela a seguir apresenta-se o número de estabelecimentos de atividades urbanas, como comércio, indústria e prestação de serviços, que absorveram grande parte da mão-de-obra migrante a partir de 1980, “liberada” do trabalho na agricultura.

**Tabela 9 - Número de estabelecimentos tipicamente urbanos em Alto Teles Pires - MT (1970-1995).**

Atividades	1970	1975	1980	1985	1995
Comércio	38	84	65	143	1225
Indústria	19	14	16	29	295
Serviços	11	33	32	83	342
Total	68	131	113	255	1862

*Fonte:* IPEA. Adaptação especial da autora.

O quadro a seguir resume as ocupações ligadas ao campo e ao meio urbano.

**Tabela 10 – População total ocupada no meio rural e urbano em Alto Teles Pires - MT (1970-2000).**

Meio	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Rural	1292	1992	8058	10260
Urbana	422	2302	12454	34101

*Fonte:* IPEA.

Os dados, de modo geral, acompanham o grau de urbanização crescente da microrregião e a conseqüente inversão na absorção de mão-de-obra nesta área de fronteira agrícola, com destaque para os setores ligados ao comércio e aos serviços, responsáveis por mais de 30% da ocupação dos migrantes. Hipoteticamente, pode-se sugerir que as atividades da indústria, do comércio e dos serviços estão atreladas ao desenvolvimento da agroindústria, ou seja, criam uma infra-estrutura urbana que dá suporte ao desenvolvimento regional, alicerçado na agricultura.

Da inserção produtiva dos migrantes derivam duas hipóteses centrais: a primeira demonstra a “exclusão” que os trabalhadores rurais sofrem a partir da modernização da agricultura, sendo então “liberados” para integrarem outros setores da economia, como o comércio, a indústria e a prestação de serviços; a outra refere-se aos estudos de Bertha Becker (1997), que afirma que o surgimento das atividades urbanas serve como uma estratégia para a colonização e, conseqüentemente, para o desenvolvimento. De um modo geral, este trabalho aceita as duas hipóteses, pois o desenvolvimento de uma região necessita de aparatos urbanos, mesmo que a base de sua economia seja agrícola.

Como já foi evidenciado anteriormente, o discurso da agroindustrialização na região tem como principal alicerce a produção da soja, que é tida por muitos políticos e proprietários como o “caminho para o desenvolvimento”. A agroindustrialização nada mais é do que a introdução do sistema capitalista nas formas de produção no campo e, além de ser um processo desigual, que se concentra em regiões mais dinâmicas, provoca a divisão do trabalho e traz, a reboque, outras atividades especializadas necessárias ao seu desenvolvimento e características do meio urbano.

Embora as trajetórias evolutivas das fronteiras respeitem certa ordem cronológica, iniciando pela fase pioneira, passando pela transitória e pela consolidada, até chegar na urbanizada, é importante observar que estas se sobrepõem muitas vezes ou surgem concomitantemente segundo o cenário econômico nacional em dado período. Quando ocorreu a ocupação da fronteira mato-grossense, o cenário agrícola/econômico nacional vivenciava o contexto da modernização da agricultura, ou seja, já objetivava a produção em grande escala com vistas à exportação. Isto fez com que as formas de desenvolvimento regional fossem diferentes em relação às fronteiras anteriores, como o caso do Oeste paranaense.

Deste ponto de vista, o que ocorreu foi que a vertente reformista do Estatuto da Terra – favorável à reforma agrária – foi rapidamente suplantada pela de caráter modernizador. A transformação das propriedades rurais (minifúndios e os latifúndios) em empresas rurais deu a tônica do desenvolvimento no que concerne à questão agrária. Ao se modernizar, a agricultura se industrializava. Industrializava-se adquirindo máquinas e equipamentos das indústrias neste momento já consolidadas no interior do parque industrial do país e subordinando-se ao mesmo parque industrial, isto é, o complexo rural, paulatina e progressivamente desestruturava-se, abrindo caminho para uma nova forma de articulação entre os interesses da burguesia industrial e os dos proprietários rurais. O complexo agroindustrial foi aquele que bem traduziu este quadro que se formava desde fins dos 1950 e que foi largamente estimulado pelas políticas públicas implementadas após 1964 (SILVA, 1996).

Vê-se, então, que as transformações ocorridas na absorção da mão-de-obra migrante das fronteiras (Tabela 3) seguem o padrão desenvolvimentista adotado pelo governo, que pautava o progresso na industrialização e não mais na agricultura.

## **4 POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

### **4.1 Diferenças nas formas de organização da colonização no Brasil a partir de 1930**

Este capítulo tem por objetivo principal discutir as mudanças que ocorreram nas políticas de colonização e de desenvolvimento adotadas pelo governo, tendo como marco histórico a constituição do Estado Novo na era Vargas e o surgimento do Estatuto da Terra a partir da consolidação do regime militar em 1964. Assim, serão evidenciadas as políticas de desenvolvimento que visavam a colonização antes e após o ano de 1964, pela análise dos estudos de caso da Região Oeste do Paraná e de Alto Teles Pires, no Mato Grosso, com o intuito de verificar como essas políticas foram implementadas e de que forma contribuíram para diferenciar as formas de integração nacional e desenvolvimento destas duas regiões, nestes dois períodos cronológicos diferentes.

A trajetória do desenvolvimento conformada ao longo da história política brasileira, principalmente a partir de 1930, foi marcada por uma série de crises econômicas, de abalos e de rupturas institucionais. Estas crises, que assumiram caráter econômico, político e institucional, revelaram disputas de projetos políticos e de ideologias no seio da sociedade brasileira que, lentamente, abandonava o modelo de desenvolvimento de base primário-nacionalista, característico até a década de 1950, e passava a outro, quantitativa e qualitativamente distinto, o de base industrial-exportador.

O setor privado, representado pela classe cafeicultora, até aquele momento, era incapaz de promover e organizar uma nova estrutura de desenvolvimento para o país que se pautasse na industrialização e na formação de um mercado mais eficiente. Sendo assim, a responsabilidade deste projeto ficou a cargo do Estado, que deveria promover, executar e gerenciar uma nova política, baseada na implantação do pensamento burguês urbano. Desta forma, o Estado promove e regulamenta a instalação da indústria e as novas relações de trabalho que com ela surgem, como, por exemplo, o assalariado urbano-industrial. Como demonstra Ianni (1986, p. 26): “a partir de 1930, foram estabelecidos, de modo formal, sob a responsabilidade do Estado, as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado de força de trabalho”.

Além dessas ações, o Estado promoveu a instalação de infra-estrutura básica, começando pelos setores energéticos, de transportes e de uma rede de serviços. Para a

objetivação das novas finalidades previstas pelos novos detentores do poder estatal (a burguesia urbana) ocorreu sempre a efetiva participação do Estado, quando não pela via direta, instalando indústrias de capital estatal, então pela via indireta a partir de financiamento, de promoção e de incentivo de ações da iniciativa privada, para expandir fronteiras produtivas e incorporar terras e produtos ao mercado. A política de expansão para a conquista do sertão brasileiro intensificou-se a partir dos anos de 1930-1940. A colonização da região Oeste do Paraná, inserida neste contexto, é um bom exemplo disso.

O progresso dessa nova economia em formação é condicionado à constituição e à ampliação de um mercado interno, que teria que ser dinamizado, numa ponta, pelo aumento e pela diversificação da produção e, na outra, pela ampliação do mercado de consumo. Concorreu, para isso, o crescimento da população e a elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e de suas necessidades. Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, pôde ir fazendo frente às demandas de consumo. A indústria nacional foi progressivamente substituindo, com seus produtos, a importação anterior de quase tudo o que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves (IANNI, 1991).

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira a partir de 1930 e com a conseqüente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa que buscava consolidar certo projeto de industrialização. É de se notar que, no país, o Estado sempre cumprira papel de destaque no manejo dos instrumentos de política econômica, entretanto, a partir de 1930, a liderança ativa exercida tornou-se qualitativamente distinta de períodos anteriores. Tratava-se de promover as modernizações social, econômica e administrativa do país (VIEIRA, 2003).

O grupo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha as pretensões de desenvolver o país sob a égide de um capitalismo nacionalista, isto é, a nação poderia libertar-se das demais, através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua própria agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho. Na visão de Ianni (1987, p. 307-308), destacaram-se na história econômica brasileira duas estratégias diferenciadas para promover o desenvolvimento:

A política governamental brasileira, desde 1930 [...] oscilou entre duas tendências principais. Uma dessas tendências, que pode ser denominada estratégia de desenvolvimento nacionalista, predominou nos anos 1930-1945, 1951-54 e 1961-64.

Ela tinha como pressuposto implícito, o projeto de um capitalismo nacional, como uma única alternativa para o progresso econômico e social. Nota-se que o capitalismo nacional deveria implicar na (sic) crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos e continha o pressuposto de uma hegemonia possível, principalmente nas relações com os países da América Latina e da África. A outra pode ser chamada estratégia de desenvolvimento associado, predominou nos anos de 1946-50, 1955-60 e de 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado como única alternativa para o progresso econômico e social. Note-se que esse projeto de capitalismo implicava no (sic) reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

A principal diretriz que orientou o segundo mandato de Getulio Vargas, entre os anos de 1951-1954, esteve pautada na doutrina nacionalista, orientada fundamentalmente para o fortalecimento da economia nacional, com o intuito de libertar o país de influências incompatíveis com seus interesses.

A política do capitalismo nacional foi rompida pela política da estratégia de desenvolvimento associado a partir de 1955, quando o presidente Juscelino Kubitschek promoveu o discurso de grandes empreendimentos para o Brasil, querendo fazer o país crescer em 5 anos o que ele não tinha crescido em 50. Esta fantástica fórmula, para ser concretizada, teria que romper necessariamente com a política nacionalista e abrir as fronteiras para a livre entrada, livre circulação e livre exploração do capital estrangeiro. É uma postura que aceita e promove o capital estrangeiro, para socorrer a burguesia nacional, além do que visava livrar o Estado da execução de projetos de produção e de implantação de infra-estruturas necessárias para o crescimento econômico do país.

O governo JK criou uma série de programas destinados ao desenvolvimento, dentre eles o Programa de Metas, que visava, de um modo geral, transformar a estrutura econômica do país pela criação da indústria de base e pela reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Dentre os objetivos do Programa, destacavam-se os seguintes: abolir os pontos de estrangulamento da economia por meio de investimentos em infra-estrutura a cargo do Estado; expandir a indústria de base, como a automobilística, e, ainda, estimular a poupança nacional e a modernização geral do sistema produtivo. Além disso, um dos alvos centrais do programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia (IANNI, 1991).

A base mais forte de compreensão da política que orientava o planejamento do Estado voltado para o capital estrangeiro é o que demonstrava que o Brasil poderia superar as estruturas arcaicas em tempo mínimo, incorporando tecnologias já inventadas nos países desenvolvidos e a instalando em território brasileiro as capacidades administrativas, de

gerenciamento, de exploração e de transformação da matéria-prima, de articulação de políticas para o setor energético e de transportes (ZAART, 1998).

De um modo geral, o que distingue as políticas econômicas e de planejamento do governo de Getúlio Vargas (1951-54) e de Juscelino Kubitschek (1956-60) é a transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associada aos mercados estrangeiros, ou seja, de 1930 a 1950, quando ocorreu a colonização da região Oeste do Paraná, as estratégias econômicas eram estimular a produção com o objetivo de abastecer o mercado interno e criar as bases para a indústria nacional, independente da conjuntura econômica internacional. A partir de meados da década de 1950, a estratégia muda drasticamente, sendo a produção agrícola voltada à exportação. Esse modelo prevalece durante o regime militar, com a colonização da fronteira agrícola do Mato Grosso, onde são estimuladas a capitalização da agricultura, os latifúndios, a produção em grande escala e o mercado externo.

Como forma de identificar diferenças entre as políticas que favoreceram a colonização a partir do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930, é possível distinguir duas fases: a primeira, que se estendeu deste ano até 1964; e a segunda, de 1964 até fins dos anos 1980, quando este padrão de desenvolvimento parece ter sofrido forte inflexão, com o fim da ditadura militar. Este recorte temporal evidencia o golpe militar como um dos elementos centrais e que conferiram marca própria aos processos de colonização, que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional. Neste sentido, as experiências de colonização têm no Estado um forte aliado. Todo o aparato institucional e as políticas públicas implementadas desde então foram quantitativa e qualitativamente distintas dos projetos de colonização ocorridos entre 1930 e 1964. O modelo de colonização particular verificado no Estado do Mato Grosso já no início dos anos 1970 parece constituir um bom exemplo disto.

No período intermediário entre os anos de 1930 e 1964 houve preocupação, por parte do Estado, em ocupar demograficamente as vastas áreas do território nacional, promovendo sua participação na produção econômica nacional. Foi durante Estado Novo (1937/1945) que as experiências de colonização deste período foram mais difundidas. A “Marcha para o Oeste” e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão destes rincões ao mercado interno, que ia se formando paulatinamente. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiam

fundamentalmente na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição impossibilitou a disseminação, pelo território nacional, de experiências deste quilate (LENHARO, 1986).

A partir de 1964, a história teve outros contornos. Entre 1964 e 1966, a estrutura econômica erigida com o Plano de Metas alcançou grande consistência e integração. Desde então, as estruturas de financiamento, de investimentos e de distribuição amadureceram seus instrumentos, tornando-se, a um só tempo, mais ágeis e mais consistentes. Em poucos anos, a colonização dirigida pôde ser impulsionada e o que se viu foi a proliferação das experiências de colonização por toda a área da Amazônia Legal, com absoluto destaque para o Estado do Mato Grosso no que se refere à colonização particular (VIEIRA, 2003).

Na verdade, as políticas de planejamento do governo militar pouco diferem do que já havia sido iniciado no governo JK. Dentre os principais alvos destacaram-se: o incentivo à exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; o estímulo, sob o comando do Estado, do mercado de capitais; a criação de condições e estímulos novos à entrada de capital e de tecnologia estrangeira; a modernização das estruturas urbanas; a criação de novos meios de ocupação e de dinamização da economia da Amazônia (IANNI, 1991). Neste último ponto, pode-se destacar a abertura e a execução de obras rodoviárias, com o intuito de ocupar e de tornar produtivas as terras da região amazônica, estimulando, para isso, correntes migratórias vindas de todos os cantos do país.

A colonização que se difundiu após 1964 apresentava, no entanto, um duplo caráter, ausente no período anterior. Este fato não apenas diferenciou as experiências de colonização, mas colocou em novos patamares seu processo de difusão, pois pretendia mediar a valorização de capitais privados das empresas de colonização com os interesses geoestratégicos e de segurança interna do Estado e, ao mesmo tempo, constituir uma alternativa viável à resolução da questão agrária.

O conceito político-militar presente após o golpe de 1964 traz, em seu significado, a concepção da filosofia política elaborada pela Escola Superior de Guerra<sup>2</sup>, instituição militar que, dentre outras coisas, pregava os princípios da seguridade e da integridade do território nacional, a defesa da propriedade, da liberdade e da democracia. Em geral, neste período continuou prevalecendo o pensamento empírico-positivista que vinha orientando os governos anteriores e que tinha como ideal o desenvolvimento e a ocupação de regiões de fronteira (ZAART, 1998).

---

<sup>2</sup> A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, com a finalidade de elaborar uma Doutrina de Segurança Nacional.

A ocupação dessas áreas de fronteira passou pela estratégia geopolítica do Estado, que, em base às lições da Escola Superior de Guerra, as regiões denominadas de “espaços vazios” e “fronteira oca”, que se caracterizam pela ausência do elemento humano, do trabalhador, do capitalista, do Estado, da polícia, das infra-estruturas produtivas e de serviços que caracterizam as arquiteturas dos espaços sociais contemporâneos, teriam que ser povoadas e desenvolvidas. A questão central era a de promover a efetiva ocupação de regiões geográficas determinadas, como os espaços vazios ou as áreas de ocupação desordenada onde permaneciam espaços vazios, levando a elas a civilização para promover a integração territorial em base a três elementos básicos, constituintes das relações capitalistas de produção: o homem, o capital e o trabalho (IANNI, 1986).

Da doutrina de segurança nacional e das mensagens presidenciais derivava a ordem de transformar as fronteiras vazias primeiramente num espaço político, através da ocupação, e, depois, num espaço econômico. Esta ideologia fica evidente nos projetos de colonização implementados após 1964. Na região de Alto Teles Pires, no Mato Grosso, pode-se dizer que as frentes demográficas chegaram antes, na intenção de promover o povoamento; mais tarde chegaram as frentes econômicas, com colonos transformados em empresários rurais, que investiram na compra da terra e passaram a produzir em grande escala, para o mercado externo. Nos projetos de colonização antes desse período, da qual a região Oeste paranaense é característica, o modelo foi contrário, ou seja, as frentes econômicas chegaram antes e a partir do desenvolvimento da área, trouxeram à reboque as frentes demográficas, que contribuíram para efetivar o desenvolvimento socioeconômico regional.

A multiplicação dos projetos de colonização na área da Amazônia Legal, da qual o Estado do Mato Grosso faz parte, durante o regime militar, resultou das opções contidas nas orientações políticas e econômicas a partir de então. Deste ponto de vista, o que ocorreu foi que a vertente reformista do Estatuto da Terra – favorável à reforma agrária – foi rapidamente suplantada pela de caráter modernizador. A transformação das propriedades rurais, minifúndios característicos da Região Sul, em empresas rurais, latifúndios característicos da região amazônica, deu a tônica do desenvolvimento no que concerne à questão agrária.

A passagem do padrão de acumulação de base primário-nacionalista a outro de base industrial-exportador trouxe consigo uma multiplicação de temas e de polêmicas debatidos no interior da sociedade brasileira. Dentre eles, um dos mais importantes foi o tema da questão agrária, quando ocorreu uma transição de um padrão a outro, ou seja, o eixo da acumulação de capital deslocou-se do espaço rural para o urbano.

A agricultura, especialmente no que diz respeito à produção de *commodities*, passou a sustentar a produção urbana, respondendo pela geração de divisas necessárias à importação de bens de produção não produzidos no país. Além disso, a agricultura passou a responder pela produção de alimentos para o mercado interno.

O modelo de desenvolvimento em gestação desde 1930 conformava, também, uma nova composição de forças políticas e sociais, que exigiam do Estado ações e decisões de quilates distintos dos até então praticados.

As formas de colonização organizadas com base no modelo primário-nacionalista são visíveis na região Oeste do Paraná, palco de ocupação demográfica e de inserção econômica no período subsequente à década de 1930, quando as políticas estavam voltadas a suprir o mercado interno e a garantir a segurança nacional, através do povoamento das regiões de fronteira.

Não por acaso o planejamento econômico a partir destes anos assumia importância ímpar para a superação do relativo “atraso” em que se encontrava o país. As transformações estruturais por que vinha passando a economia brasileira naqueles anos atingiram seu clímax entre as décadas de 1950 e 1960. Os intensos debates e as acaloradas polêmicas do período davam o tom do “estado de espírito” das forças sociais que se apresentavam na cena política, buscando articular interesses e propostas em torno da temática do desenvolvimento econômico. O Estado, operando mecanismos de perdas e de ganhos entre as classes proprietárias, amparando as atividades industriais, induzindo as agrícolas a cumprirem papéis novos e manejando instrumentos de política econômica em prol da industrialização, concebia uma estrutura própria aos requisitos necessários à realização de um certo padrão de acumulação, isto é, criando e recriando as condições de reprodução deste padrão (VIEIRA, 2003).

Se a modernização acoplava o agro à indústria, a colonização era vista como alternativa aos conflitos agrários do país buscando minimizá-los, sobretudo os do Nordeste e os do Sul do país, investindo na migração destes trabalhadores rurais, transformados em colonos. No caso do Estado de Mato Grosso, palco privilegiado das experiências de colonização dirigida de caráter privado, os projetos ali existentes caracterizaram-se como “fortalezas do capital privado” (Becker, 1997).

Para dar sustentação a este padrão, uma medida adotada foi a colonização dirigida, que passou a ser responsabilidade do Estado, e que pretendia, de modo geral, recriar novos espaços de produção para a economia nacional, assim como garantir a segurança nacional com a ocupação de espaços demograficamente “vazios”. Em outras

palavras, os fatos que ocorreram neste período trouxeram expressivos desdobramentos, quer de natureza social, quer de natureza política ou econômica, no que se refere a estímulos recebidos para a realização de empreendimentos de colonização, que ganharam destaque a partir de década de 1970.

A questão da segurança nacional, através da ocupação dos espaços “vazios”, já era sentida nas políticas do Estado Novo (1937-1945), porém uma mudança fundamental ocorrida após 1964, com a instauração do regime militar, foi quanto à base econômica e agrária do país. Assim, as políticas de colonização passaram a ser fundamentalmente privadas, e a produção passou a ser em grande escala, voltada ao mercado externo. Para isso, os minifúndios da região Oeste do Paraná, característicos do período anterior, tornaram-se inviáveis, o que fez com que muitos produtores rurais fossem levados a buscar espaços produtivos mais amplos, encontrados nos latifúndios da fronteira agrícola de Alto Teles Pires, no Mato Grosso.

A colonização no Brasil, após este período, se constituiu na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira agrícola. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação nas áreas da Amazônia Legal trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que levou os grandes capitalistas a investirem na fronteira agrícola contém seu contrário, ou seja, contém, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e aos demais trabalhadores do campo, que se transformaram na força de trabalho para a execução dos projetos capitalistas.

Ao longo dos anos, desde 1930, a política econômica governamental foi estatizante ou privatista, nacionalizante ou internacionalista, desenvolvimentista ou estabilizadora, conforme a constelação política dominante e a natureza dos dilemas econômicos e sociais existentes. A partir do momento em que os militares tomaram o governo (1964), a política econômica adquiriu nova sistemática e nova orientação relativamente ao que se fazia antes. Sob vários aspectos, entretanto, as diretrizes governamentais, após 1964, corresponderam a um aperfeiçoamento de tendências e realizações efetivadas nas décadas anteriores.

O uso do território, que historicamente se dá de forma seletiva e desigual, revela-nos a face geográfica da desigualdade, dada por organizações territoriais e normatizações políticas. O estudo da formação socioespacial brasileira mostra-nos que o uso agrícola de nosso território é revelador destas desigualdades. O processo de modernização do

território, intensificado com o último regime militar, garantiu a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional, atendendo às exigências de um mundo cada vez mais atingido pela globalização. Urbanização, industrialização e modernização agrícola são marcas deste período. A agricultura tornou-se uma atividade científica, fortemente dependente da informação e da pesquisa. Esta agricultura modernizada alterou as relações cidade-campo e exigiu a implantação de sistemas de engenharia complexos que garantam a produção, mas essencialmente a circulação, que neste momento precede a produção propriamente dita. O Estado participa de forma generosa, garantido a implantação de redes de circulação e de comunicação. Esta agricultura vincula-se diretamente com o mercado externo, onde seus preços e sua produção são definidos a partir dele, levando o país a uma incômoda posição de subordinação, determinada pelo modelo agrário-exportador.

Na colonização da Região Sul do país, a partir da década de 1940, prevaleceram os minifúndios, destinados a produzir para o abastecimento do mercado interno. Apareceu implícito, porém, nesta configuração, o ideal do governo getulista em criar as bases para a industrialização da economia brasileira, sem, contudo, estar dependente das imposições externas. Para isso era necessário “arrumar a casa”, ou seja, organizar a economia interna, e criar um mercado de trabalho com leis e diretrizes que amparassem os trabalhadores, de modo que estes se sujeitassem às exigências do trabalho industrial.

No período que antecede à abertura da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso, as bases da industrialização já estavam lançadas e surgiram, a partir daí, novas estratégias de desenvolvimento, arquitetadas pelo governo militar. Foi um período de expansão do capitalismo no campo, onde as políticas de planejamento privilegiaram a instalação de empresas multinacionais de grande porte na região.

A mão-de-obra vinha de todas as partes do país, atraída pelos projetos de colonização às margens da rodovia BR 163. Dentre eles, podem-se citar os projetos Canarana (1975), em Barra do Garças/MT, projeto Terra Nova (1978) e Peixoto de Azevedo (1980), organizados pelo INCRA, com apoio de uma cooperativa particular do Sul do país – COTREL, e Lucas do Rio Verde (1981), organizado pela INCRA. A grande maioria desses projetos era implementada em resposta às pressões dos colonos do Sul do país que buscavam maiores áreas de terra. Esses contingentes humanos, quer movidos pelo interesses do capital ou pela necessidade de buscar uma nova fronteira de trabalho e renda, avançaram pelas fronteiras do país em busca de melhores condições de sobrevivência, vislumbrando no fator terra seu principal alicerce. Constituem a massa que dá provimento ao desenvolvimento regional e que transformou as regiões de fronteira, até então vazias demográfica, econômica e

socialmente, em territórios onde as relações de poder, de produção e de mercado, engendradas pela sociedade brasileira, se materializam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou acompanhar e analisar os fluxos migratórios que se processaram internamente em nosso país, fazendo um recorte temático sobre os que promoveram o povoamento da região Oeste do Paraná, e, também, da região de Alto Teles Pires, no Estado do Mato Grosso, enquanto estes dois pólos de atração representavam novas oportunidades, inseridos no contexto de abertura das fronteiras agrícolas. Por meio dessa análise pretendeu-se ainda, observar as formas de inserção econômica e social dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas e aferir de que forma estes migrantes e o desenvolvimento de atividades rurais e urbanas contribuíram para o desenvolvimento regional.

Além disso, o trabalho destaca, também, as diferentes formas de ocupação territorial e o papel do Estado na elaboração das políticas de colonização. Estas diferenças ficam visíveis na análise das regiões que serviram para o estudo de caso (Oeste do Paraná e Alto Teles Pires no Mato Grosso), pois representam dois momentos políticos diferentes, o antes e o depois do regime militar.

Para focar e analisar estes aspectos, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. Sendo que o primeiro teve por objetivo descrever o contexto dos movimentos migratórios que se processaram concomitantemente à abertura das fronteiras agrícolas e acompanhar como se deu o desenvolvimento dessas áreas no sentido demográfico, econômico e político. Analisou, entre outras coisas, como estas áreas contribuíram para a absorção de mão-de-obra e geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento regional.

Assim, o recorte evidenciado foi a inserção das fronteiras agrícolas nas relações capitalistas de produção e conseqüente abertura dessas regiões para a ocupação populacional a fim de garantir a inserção econômica dessas regiões ao contexto nacional. Esses objetivos faziam parte do projeto de desenvolvimento e integração social arquitetado pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 e que foi denominado de “Marcha para Oeste”. Dentro deste projeto emergiram diversas regiões tidas como lugares de oportunidades econômicas e sociais, onde se destaca o Oeste do Paraná.

A expansão das fronteiras promoveu a redistribuição da população de áreas densamente povoadas para áreas praticamente inabitadas. Nesse aspecto aparece a grande importância dos movimentos migratórios para a abertura das fronteiras agrícolas, pois os deslocamentos populacionais são capazes de influenciar e mesmo estimular determinado

processo de desenvolvimento regional, sendo que os fluxos migratórios incorporam novas áreas à economia e promovem a redistribuição populacional.

O segundo capítulo apresentou o contexto histórico de ocupação da região Oeste do Paraná, destacando os fluxos migratórios que promoveram a colonização do território, a partir de 1940. Assim, foi evidenciada a importância das fronteiras agrícolas que abrem espaço para o efetivo desenvolvimento das regiões, bem como as transformações ocorridas no modo de produção agrícola. Tais mudanças desencadearam efeitos nas formas de ocupação da mão-de-obra que, impossibilitadas do trabalho no campo, procuraram novas alternativas de geração de renda em atividades quase que exclusivas do meio urbano.

A colonização da região Oeste do Paraná foi iniciada por volta de 1940, inserida no contexto da Marcha para Oeste e tinha como objetivo a ocupação das fronteiras para garantir a soberania nacional, já que a região estava até então entregue à exploração estrangeira. A estrutura agrária regional foi organizada em pequenas e médias propriedades destinando a produção ao abastecimento do mercado nacional. Além disso, essa forma de estrutura agrária, embora não fosse tão eficiente ao capital, era muito eficiente para a ocupação territorial.

Quanto ao elemento migrante, pode-se dizer que a composição foi basicamente de gaúchos e catarinenses, mas houve a participação também, de paulistas e mineiros. Estes migrantes vieram atraídos pelas oportunidades geradas pela abertura das fronteiras agrícolas, embora tivessem objetivos diferentes. Os sulistas foram os primeiros a chegar e pode-se afirmar que integraram a “frente econômica”, ou seja, eram colonos em vias de capitalização no sul, que possuíam pecúlios para investir na compra de terras. Os paulistas e mineiros viam na abertura desta fronteira agrícola a possibilidade de conseguirem trabalho e por isso pode-se dizer que integraram a “frente demográfica” que serviu de mão-de-obra para o trabalho agrícola.

Embora a base de ocupação da fronteira tenha sido inicialmente rural, houve a necessidade de formação de núcleos urbanos para garantir o surgimento de atividades como o comércio, prestação de serviços, educação e saúde, considerados fundamentais para a sobrevivência dos migrantes e para o desenvolvimento da região. Este fato trouxe a reboque a formação de um mercado de trabalho e novas alternativas de inserção econômica para os migrantes “excluídos” do trabalho no campo, devido à modernização das técnicas produtivas.

A modernização agrícola gerou, na região Oeste do Paraná, diversos impactos sobre os meios rural e urbano e sobre a organização social e econômica da população. Dentre as mais marcantes estão a “exclusão” das categorias ligadas a terra, como

parceiros, arrendatários e proprietários, a inversão da situação de domicílio, que passou a ser predominantemente urbana e a inserção em outras atividades econômicas, que não agrícolas, como na indústria, comércio e prestação de serviços.

Além disso, a modernização agrícola também foi responsável pela formação de um novo fluxo migratório, com destino às fronteiras agrícolas que estavam se abrindo no Estado do Mato Grosso. Os incentivos por parte do governo para a ocupação daquela região representou para os colonos do Oeste paranaense a possibilidade de continuarem sua sobrevivência trabalhando com a terra. O êxodo rural que ocorreu na região Oeste do Paraná foi algo jamais visto antes na história agrária do país.

A partir da nova configuração econômica regional, a população excluída do campo passou essencialmente por dois movimentos distintos: ou se ocuparam com funções de baixa qualificação e remuneração no meio urbano ou emigraram para as novas fronteiras agrícolas do Estado do Mato Grosso, onde puderam novamente se inserir no meio rural.

O terceiro capítulo abordou as formas de ocupação do Estado do Mato Grosso, destacando-se a região de Alto Teles Pires. Foram evidenciadas as diferentes formas de organização do espaço pelos migrantes, bem como as diferentes perspectivas da colonização, em comparação com a região Oeste do Paraná. A colonização daquela área atendeu principalmente aos anseios da grande propriedade e do grande capital, que, no entanto, também sofreu alterações por parte da introdução de técnicas modernas na agricultura, dispensando grande parte da mão-de-obra ocupada neste meio. Isto fez com que os trabalhadores rurais buscassem outras ocupações geradoras de renda, principalmente em atividades comerciais e industriais no meio urbano.

Até 1930 o Estado do Mato Grosso estava na condição de “território da conquista” ocupado por índios e sustentado por uma economia extrativista. Somente a partir da década de 1950 e mais especificamente na década de 60, com a instauração do regime militar é que começou haver a preocupação em efetivar a ocupação daquele território, pertencente à Amazônia Legal, e inseri-lo no contexto produtivo nacional. Para isso, foi criada uma série de projetos pelo governo federal, com o objetivo de estimular e organizar a ocupação da área.

Inicialmente os objetivos foram parecidos ao modelo implementado no Oeste do Paraná, ou seja, colonização dirigida para a implantação de pequenas e médias propriedades, com a atração de colonos já acostumados ao trabalho na agricultura. Este modelo tornou-se, porém, inadequado aos propósitos do regime militar, que propugnava a produção em grande escala, com vistas ao mercado externo. Para isso, foram implementadas

mudanças na estrutura agrária, que passou a privilegiar o latifúndio, oferecendo vantagens creditícias e fiscais às grandes empresas capitalistas nacionais, aos grandes proprietários rurais e às multinacionais. A partir daí, passou a predominar na região, a esfera política e econômica da empresa agropecuária. O governo desvencilhou-se do papel de empreendedor, mas, mesmo assim, passou a fomentar os projetos de colonização privada através de créditos e incentivos fiscais.

Quanto ao elemento migrante responsável pela composição populacional do Mato Grosso, é inegável a participação maciça de paranaenses, que partiam das já esgotadas fronteiras agrícolas do Oeste do Paraná, para a “grande promessa” que representava o Estado do Mato Grosso, principalmente a partir da década de 1970.

Assim como na fronteira agrícola da região Oeste do Paraná, a migração com destino às fronteiras agrícolas do Mato Grosso atendeu, também, a dois grupos essenciais de migrantes, os que possuíam terras no Sul e mantiveram esta condição no Estado do Mato Grosso, fazendo parte do que se definiu, no segundo capítulo, como “frente econômica”. E um segundo grupo, onde se reconhece a “frente demográfica” composta de trabalhadores sazonais, que, embora tivessem o sonho de conseguir terras na fronteira, servem como mão-de-obra tanto na área rural como em atividades do meio urbano. Por fim, há, ainda, um grupo misto, que possui características tanto da frente demográfica como da frente econômica. São aqueles pequenos proprietários cuja propriedade não é o bastante para garantir a sobrevivência familiar e que, por isso, exercem outras atividades para complementar a renda.

Embora se reconheçam estes grupos na composição da população no Estado do Mato Grosso, pode-se inferir que, diferentemente do ocorrido na região Oeste do Paraná, as “frentes demográficas” no Mato Grosso chegaram antes das “frentes econômicas”, pelo fato de que o governo pretendia organizar uma colonização embasada na distribuição de terras devolutas para o regime de pequenas propriedades. Ou seja, os primeiros migrantes que chegaram eram elementos descapitalizados, e que viam nessa atitude do governo uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Este modelo, porém, não foi eficaz, devido à má qualidade do solo, que precisava ser preparado com a utilização de adubos e defensivos para se tornar produtivo, o que encarecia e inviabilizava a produção. Com a falha deste modelo, a estratégia de ocupação passou a ser outra: a atração de produtores capitalizados e a facilitação de acesso ao crédito agrícola e, inclusive, a instalação de multinacionais agrícolas. Dentro desta estratégia está a “frente econômica”, capaz de fazer grandes investimentos e viabilizar a produção em grande escala.

O destino migratório em ambas as regiões apresenta semelhanças. A direção foi inicialmente para o meio rural, fato que foi modificado pela modernização agrícola, responsável pela concentração da terra e redução dos postos de trabalho no campo e ainda, pela necessidade de constituição de uma infra-estrutura urbana. Assim, o que se observou em ambos os casos, foi o crescimento das atividades urbanas (comércio, indústria, prestação de serviços) em detrimento das rurais, bem como, a inversão do destino migratório que passou a dirigir-se com mais intensidade ao meio urbano em decorrência do êxodo rural.

No quarto e último capítulo discutiu-se as transformações ocorridas nas políticas de colonização adotadas pelo Estado, tendo como marco histórico a constituição do Estado Novo, na era Vargas, e o surgimento do Estatuto da Terra a partir da consolidação do regime militar em 1964. Assim, fez-se um comparativo entre as políticas de colonização antes e depois de 1964, destacando de que forma estes modelos diferentes contribuíram para a integração nacional e o desenvolvimento das duas regiões em análise.

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira a partir de 1930 e com a conseqüente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa que buscava consolidar certo projeto de industrialização. Tratava-se de promover as modernizações social, econômica e administrativa do país.

O grupo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha as pretensões de desenvolver o país sob a égide de um capitalismo nacionalista, no qual a nação poderia libertar-se das demais, através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua própria agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho.

A política do capitalismo nacional foi rompida pela política da estratégia de desenvolvimento associado a partir de 1955, quando o presidente Juscelino Kubitschek promoveu o discurso de grandes empreendimentos para o Brasil, sendo necessário o rompimento com a política nacionalista para abrir as fronteiras para a livre entrada, livre circulação e livre exploração do capital estrangeiro. É uma postura que aceita e promove o capital estrangeiro, para socorrer a burguesia nacional, além do que visava livrar o Estado da execução de projetos de produção e de implantação de infra-estruturas necessárias para o crescimento econômico do país.

De um modo geral, o que distingue as políticas econômicas e de planejamento do governo de Getúlio Vargas (1951-54) e de Juscelino Kubitschek (1956-60) é

a transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associada aos mercados estrangeiros. Assim, de 1930 a 1950, quando ocorreu a colonização da região Oeste do Paraná, as estratégias econômicas eram estimular a produção com o objetivo de abastecer o mercado interno e criar base para a indústria nacional, independentemente da conjuntura econômica internacional. A partir de meados da década de 1950, a estratégia muda drasticamente, sendo a produção agrícola voltada à exportação. Esse modelo prevaleceu durante o regime militar, quando ocorreu a colonização da fronteira agrícola do Mato Grosso, onde foi estimulada a capitalização da agricultura, do que resultou o fortalecimento dos latifúndios, da produção em grande escala e do mercado externo.

O Estado sempre esteve presente nos processos de abertura das fronteiras agrícolas articulando interesses econômicos e sociais conforme as necessidades de cada conjuntura política. Além disso, a colonização oficial ou não, pressupõe deslocamento, sendo uma das estratégias para garantir o desenvolvimento das regiões em análise. A inoperância do Estado beneficiou, entretanto, diretamente os projetos de colonização privados, criando “frentes pioneiras” que absorveram das regiões estagnadas o excedente populacional ainda não de todo empobrecido.

A migração, notadamente a que se estabelece entre um meio rural e outro meio rural, tornou-se um dos principais braços dos empreendimentos e projetos de colonização. Sem ela todo o processo estaria fadado ao fracasso e o compromisso da manutenção da ordem social e política e do progresso material estariam irremediavelmente comprometidos.

Assim, pela lógica de reprodução do capital e do processo de agroindustrialização da agricultura, estimulado pela modernização agrícola, os fluxos migratórios se destinariam ao meio urbano, pelas oportunidades geradas para a incorporação da mão-de-obra nas indústrias, comércio e prestação de serviços que provinham deste processo. Porém este fenômeno não é uma constante e o que se viu foi que uma grande parcela dos migrantes oriundos do Oeste do Paraná fizeram um “caminho inverso”, ou seja, migraram para outra área rural, a nova fronteira agrícola representada por Alto Teles Pires no Mato Grosso.

Diante de todo contexto desenvolvido no decorrer do trabalho pode-se por fim, dar uma resposta eloqüente à pergunta que norteou e instigou o desenvolvimento do mesmo. O que as fronteiras agrícolas representam para os migrantes e qual sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do país? Para os migrantes, de um modo geral, as

fronteiras agrícolas representaram a possibilidade de melhorar a condição de vida, de garantir a posse de terra para quem ainda não possuía, ou aumentar as áreas de terra para quem já era proprietário e, ainda, estimular a inserção da população em atividades do meio urbano que surgem a reboque do processo de abertura dessas áreas, notadamente agrícolas. A abertura dessas áreas foi imprescindível ao desenvolvimento socioeconômico do país na medida em que inseriu novos espaços à produção agrícola nacional, promoveu a urbanização e absorveu o contingente populacional que se aglomerava em regiões já estagnadas social e economicamente.

Apesar de o trabalho contemplar vários aspectos relacionados aos movimentos migratórios e ao desenvolvimento regional, o estudo abre um flanco de possibilidades que ainda emergem, pois o assunto é bastante amplo e está em constante renovação, na medida em que novos fluxos se formam. Observar os deslocamentos populacionais sugere, para um próximo trabalho, verificar se o desenvolvimento da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso garantiu a permanência dos migrantes que para lá se dirigiram, ou se estes novamente se puseram em movimento para conquistar outras áreas do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5ed. São Paulo: Ática, 1997.

CHRISTOFOLETTI, A. et al (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

CUNHA, J.M.P da.; ALMEIDA, G.M.R; RAQUEL, F. **Migrações e transformações na fronteira**: o caso do Mato Grosso. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep). MG, 2002. In: [www.abep.gov.br](http://www.abep.gov.br).

CUNHA, J.M.P da.; ALMEIDA, G.M.R; RAQUEL, F.; CARVALHO, P. **Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP. Textos Nepo 49, 2004.

DINIZ, A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola**. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto – MG. 04 a 08 de novembro de 2002.

GAZETA DO POVO. **Caminhos do campo**. Curitiba: Edição especial 1º de maio de 2007.

GREGORY, V. **O eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES NETO, R.B. **A lenda do ouro verde**: políticas de colonização no Brasil Contemporâneo. Cuiabá: 2002.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Rio de Janeiro: Eduf, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, julho 2000. In: <http://www.google.com.br>

HOGAN, D.; CARMO, R.L.; CUNHA, J.M.P da; BAENINGER, R (orgs). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, Pronex, 2002.

IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Agricultura: **O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed, 1991.

LENHARO, A. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: EdUnicamp, 1986.

LOPES, S. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MARTINE, G.; GARCIA, R. (orgs). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, J de S. Gente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica. In: VELHO, O. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 1. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1997

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, v.1.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova – Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 69, agosto-2000. ISSN: 1 138-9788

MOTTA, M. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PASSOS, M. M. dos. **Amazônia: teledeteção e colonização**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PERIS, A. F. (org). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção produtiva na economia nacional**. UFPR, 1997. Dissertação de Mestrado.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Campinas/SP, 2005. Tese de Doutorado.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: Exclusão e Luta. Do Sul para a Amazônia**, Petrópolis: Vozes, 1993.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SAQUET, M; RIBAS, A; SPOSITO, E. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Edunioeste, 2004.
- SCHALLENBERGER, E. (org). **Cultura e memória social**: territórios em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.
- SILVA, J.G.da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2º ed. São Paulo: Unicamp, 1998.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: SAQUET, M; RIBAS, A; SPOSITO, E. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Edunioeste, 2004.
- VIEIRA, P.A.S. **Ordem e Progresso**: Colonização e Desenvolvimento em Mato Grosso, o caso de Sinop. Universidade Federal de Uberlândia – MG. Dissertação de Mestrado, 2003.
- ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na nova terra**: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Dissertação de Mestrado, 1998.

## FONTES

ABEP. Associação brasileira de estudos populacionais. Disponível em <[www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)>. Acessado em junho de 2007.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acessado em abril, maio e novembro de 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> . Acessado em outubro de 2007.

IPARDES. Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social. Disponível em <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acessado em abril e maio de 2007.

IPEA. Instituto de pesquisas econômicas e aplicadas. Disponível em <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acessado em abril e maio de 2007.

NEPO. Núcleo de estudos populacionais. Disponível em <[www.nepo.unicamp.br](http://www.nepo.unicamp.br)>. Acessado em maio e junho de 2007.



